

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS



Relatório de Imigração
Fronteiras e Asilo
2013

SEF

MENSAGEM DO DIRECTOR NACIONAL

1. A publicação do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) constitui um marco indelével no contributo do SEF para a caracterização das dinâmicas e processos migratórios. O RIFA é, pois, o instrumento privilegiado para ilustrar a atuação do SEF nas diferentes etapas do processo migratório e, por outro lado, divulgar elementos que contribuem para a caracterização das migrações em Portugal.

2. Para a leitura do RIFA haverá que atender ao concurso de factores diversos, tais como a transformação e complexificação do fenómeno migratório e a consolidação da estrutura orgânica do SEF e de instrumentos de regulação das migrações e asilo (como sejam a autorização de residência para actividades de investimento, a harmonização europeia do regresso ao país de origem ou a construção do Sistema Europeu Comum de Asilo).

3. Saliento a opção para a simplificação de imagem do RIFA 2013, a sua estruturação em torno dos três eixos de atuação do SEF – imigração, fronteiras e asilo – e a complementaridade possibilitada pela disponibilização de guia de conceitos temático relevante para auxiliar a interpretação da informação contida no Relatório.

4. Por último, agradeço o contributo de todos os colaboradores do SEF, pelo seu exercício de generosidade e profissionalismo ímpar, que vêm permitindo a afirmação da qualidade do serviço prestado em prol dos cidadãos e salvaguarda dos seus direitos e salvaguarda da segurança interna.

O Director Nacional

Manuel Jarmela Palos

INDICE

1. Enquadramento	5
2. Imigração	9
a. População estrangeira residente	10
i. População estrangeira em Portugal	10
ii. Integração	16
iii. Nacionalidade	18
b. Controlo da Imigração	20
i. Controlo da permanência e atividades de estrangeiros	20
ii. Criminalidade associada aos fenómenos migratórios	23
iii. Documentação de segurança	26
3. Fronteiras	31
4. Asilo	37
5. Atuação Internacional	43
6. Anexos Estatísticos	53

1.

ENQUADRAMENTO

O Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2013 (RIFA 2013) evidencia os aspetos quantitativos e qualitativos do contributo do SEF para a prossecução das políticas públicas em matéria de imigração, asilo, segurança interna e criminal.

Num ano de consolidação orgânica e perante a transformação dos padrões migratórios, é de realçar o contributo decisivo do SEF na operacionalização do novo regime de atração de imigrantes relativo à autorização de residência para atividade de investimento, a densificação da moldura penal relativa ao tráfico de pessoas, a definição tecnológica do APIS e a operacionalização do Acordo de Readmissão entre a União Europeia e Federação da Rússia.

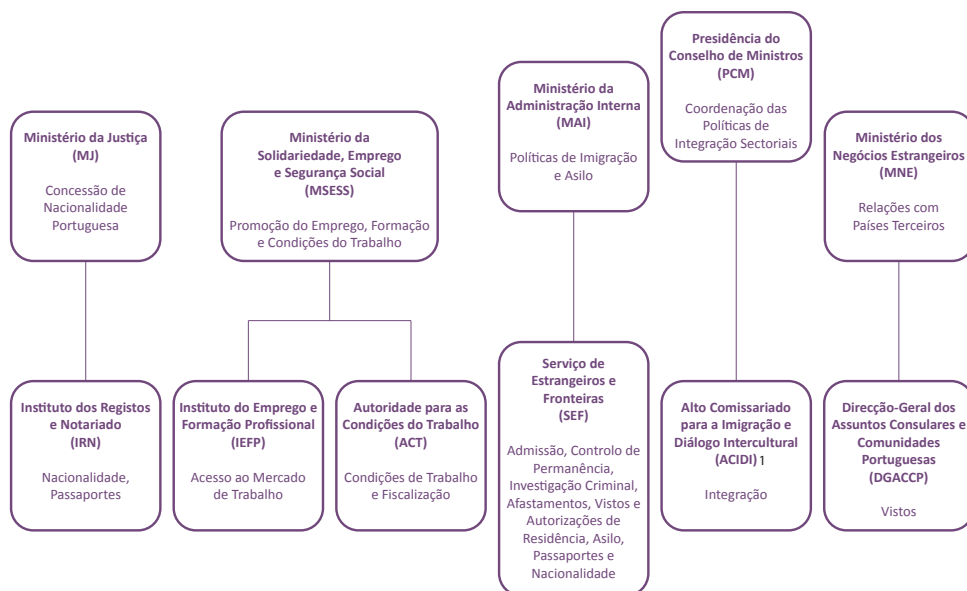
O RIFA 2013 procura, numa nova imagem e abordagem, facilitar o conhecimento sobre a realidade migratória nacional, complementado pelo portal SEFSTAT na dimensão estatística, “Glossário de Migração e Asilo” e “Relatório Anual de Política”, ambos da Rede Europeia das Migrações.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL

A Política Nacional de Imigração e Asilo procura responder a padrões de ordem ética, humanista e de interesse nacional, que numa abordagem global, integrada e equilibrada se estrutura em torno de quatro grandes eixos:



A implementação e monitorização das políticas de imigração e asilo são da competência do Ministério da Administração Interna (MAI), tutelando a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional. A actuação do MAI, em particular pela intervenção do SEF, incide em todos os eixos da política de imigração e asilo, com primazia para os três primeiros. Para estas políticas concorrem também contributos sectoriais, nomeadamente a política de integração a cargo da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), a política de representação externa e concessão de vistos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e as políticas de emprego, qualificação e segurança social pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS).



1 - Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, passou a designar-se por Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

MEDIDAS LEGISLATIVAS

No que se refere à vertente político-legislativa com influência nos fluxos migratórios e na prevenção de ilícitos e atos associados, no ano em análise, com influência na atividade do SEF há a salientar:

- Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto, a qual altera o Código Penal, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão Quadro 2002/629/JAI, do Conselho (Declaração de Retificação n.º 39/2013, de 4 de outubro);
- Lei n.º 43/2013, de 3 de julho, que altera a Lei da Nacionalidade, permitindo a concessão de nacionalidade portuguesa a descendentes de judeus sefarditas;
- Decreto-Lei n.º 43/2013, de 1 de abril, que altera o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, modificando os procedimentos inerentes à prova do conhecimento da língua portuguesa;
- Portaria n.º 193/2013, de 27 de maio, que define os parâmetros a que deve obedecer o SEF na fixação dos procedimentos e soluções tecnológicas a adotar pelas transportadoras aéreas para transmissão da informação dos passageiros alvo de comunicação antecipada obrigatória (APIS);
- Acervo de portarias relativas aos procedimentos e ações elegíveis no âmbito dos Fundos Europeus de Regresso (Portaria n.º 268/2013, de 20 de agosto), para as Fronteiras Externas (Portaria n.º 269/2013, de 20 de agosto), para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (Portaria n.º 270/2013, de 20 de agosto) e para os Refugiados (Portaria n.º 271/2013, de 20 de agosto);
- Portaria n.º 61/2013, de 12 de fevereiro, que altera o regime de cobrança de taxas de rota no espaço aéreo nas regiões de informação de voo;
- Portaria n.º 717/2013, de 31 de outubro, referente à remuneração dos serviços de produção, personalização e remessa do passaporte eletrónico português;
- Lei n.º 3/2013, de 14 de janeiro, relativo ao regime jurídico do trabalho portuário.

Importa ainda evidenciar a celebração do Estado Português de um conjunto de acordos bilaterais tendentes à supressão de vistos para efeitos de entrada em território nacional, designadamente:

Acordo (País / Tipo de Passaporte)	Diplomas
República do Cazaquistão / Diplomáticos	Decreto n.º 1/2013, de 30 de janeiro
República da Colômbia / Diplomáticos, Oficiais e Especiais	Aviso n.º 71/2013, de 31 de maio
República da Indonésia / Diplomáticos, de Serviço e Especiais	Aviso n.º 72/2013, de 31 de maio
Estado do Koweit / Passaportes Diplomáticos ou Especiais	Decreto n.º 26/2013, de 7 de agosto Aviso n.º 93/2013, de 3 de outubro

Destaque ainda para a aprovação do (Decreto n.º 28/2013, de 8 de agosto) e o cumprimento das formalidades (Aviso n.º 95/2013, de 11 de outubro) referentes ao Protocolo de aplicação entre Portugal e a Federação da Rússia relativo à Aplicação do Acordo de Readmissão entre a Comunidade Europeia e a Federação da Rússia. Por outro lado, refira-se o cumprimento das formalidades tendentes à execução do Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru sobre Transferência de Pessoas Condenadas (Aviso n.º 32/2013, de 22 de fevereiro).

2.

IMIGRAÇÃO

População Estrangeira Residente Controlo da Imigração

A dinâmica evolutiva da população estrangeira em Portugal evidencia uma consolidação da tendência decrescente número de estrangeiros residentes em Portugal, totalizando 401.320 cidadãos (diminuição de 3,8%), bem como do número de novos títulos emitidos, num total de 33.246, (decrésimo de 13,7%). Neste sentido, não será alheio o impacto da receção de 30.130 pedidos no âmbito da atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa (+1,4%), bem como a receção de 1.116 candidaturas no âmbito do regime especial de autorização de residência para atividade de investimento (ARI/Golden Visa).

Em termos de controlo da imigração refira-se o acréscimo de 1,1% do número de ações inspectivas, contudo os indicadores relativos a detetados em situação irregular, afastamentos e instauração de contraordenações apresentaram uma variação negativa.

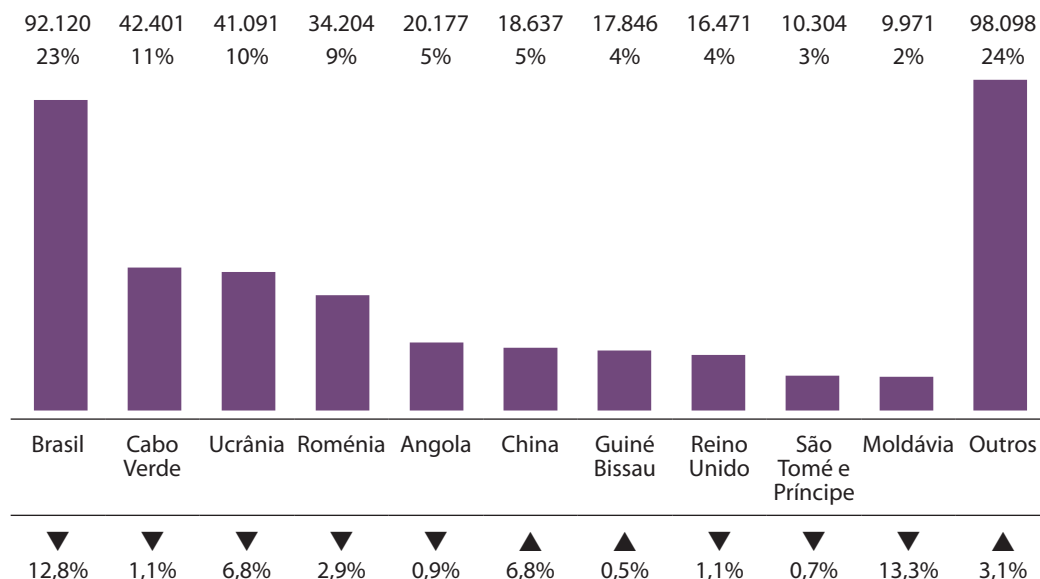
No que refere ao combate à criminalidade relacionada com os fenómenos migratórios, destaque para a identificação de uma organização dedicada ao tráfico de pessoas para exploração laboral na zona de Beja, e para a operação “Vory” pela tipologia criminal e abordagem no quadro da colaboração policial e judiciária internacional.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE

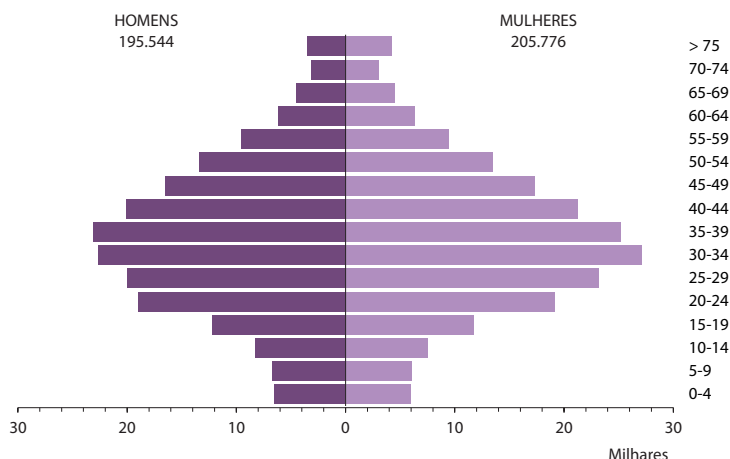
A análise da evolução da **população estrangeira em Portugal** implica a consideração de diversos aspetos, nomeadamente a evolução legislativa ocorrida nos últimos anos e respectivos impactos no quantitativo de residentes legais, o facto de Portugal ser um país de "regime misto" de migrações ao ser simultaneamente recetor e emissor de migrantes, as relações históricas e culturais com outros países, os impactos da operacionalização de políticas de imigração, bem como os contextos económicos e sociais português e dos países de origem.

Assim, a avaliação da informação quantitativa deverá considerar todos os aspetos que influenciam a realidade migratória, bem como os seguintes elementos que permitem a caracterização da população estrangeira residente em Portugal relativos a 2013:

- Consolidou-se a tendência de decréscimo do número de estrangeiros residentes em Portugal, totalizando 401.320 cidadãos com título de residência válido (-3,8%);
- Verifica-se uma redução da representatividade da população estrangeira oriunda de países de língua oficial portuguesa, representando cerca de 41,9%, evidenciando-se as nacionalidades brasileira (23,0%), cabo-verdiana (10,6%) e angolana (5,0%);
- A nacionalidade brasileira, com um total de 92.120 cidadãos, mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente. A diminuição do número de residentes desta nacionalidade (-13.502) representa cerca de 85,9% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal;
- Como principais fatores explicativos, concorrem a aquisição da nacionalidade portuguesa, a alteração de fluxos migratórios e o impacto da atual crise económica no mercado laboral;
- Permanece a estrutura das dez nacionalidades mais representativas, sendo que a China em 2013 passou a ser a sexta mais relevante (18.637), com um crescimento de 6,8%, suplantando a Guiné-Bissau (17.846) que cresceu 0,5%. Das nacionalidades mais representativas, a chinesa e a guineense (Bissau) foram as únicas que registaram um aumento do número de residentes;

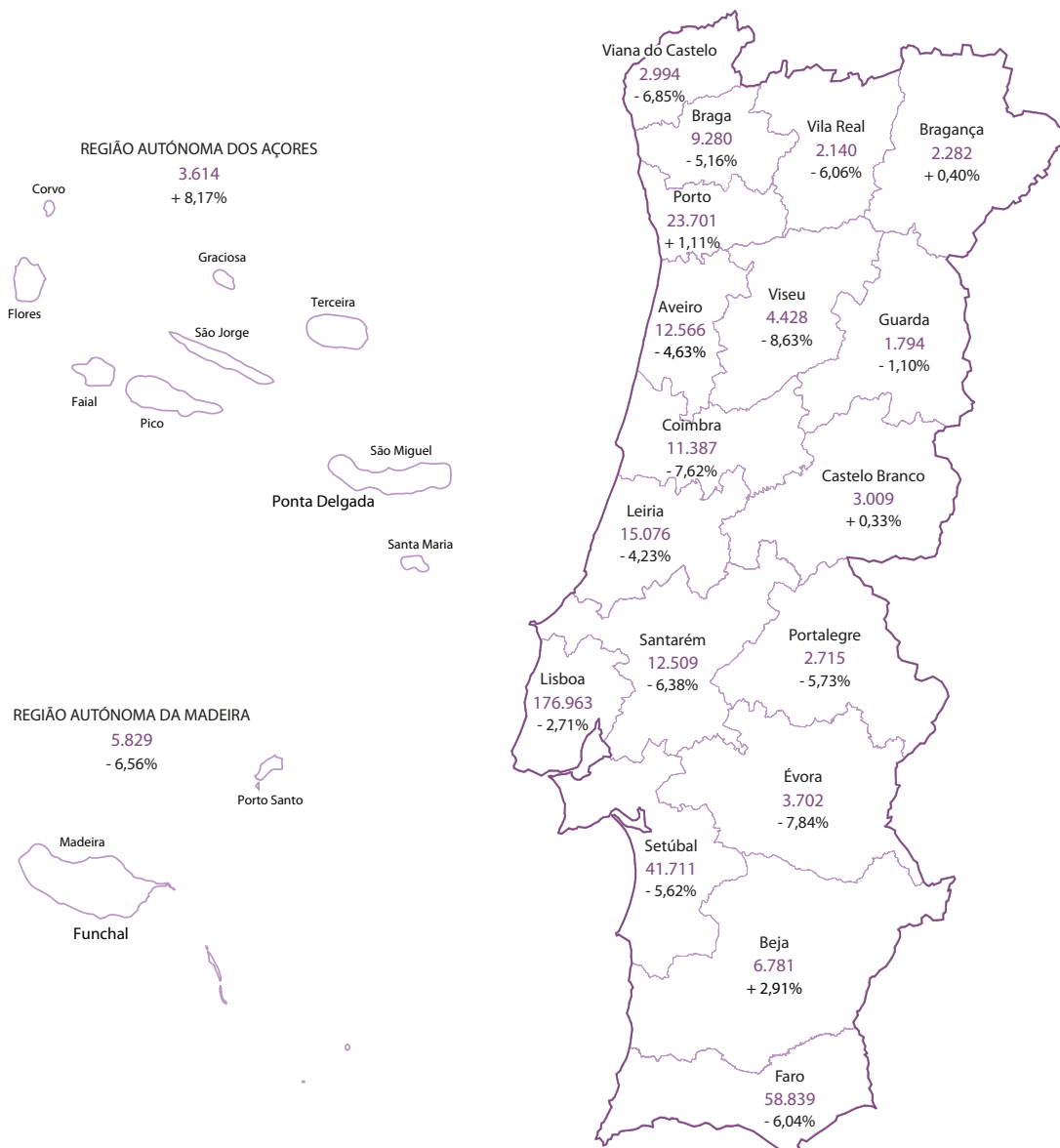


- A distribuição geográfica da população estrangeira residente incide especialmente no litoral, sendo que cerca de 69,2% estão registados nos distritos de Lisboa (176.963), Faro (58.839) e Setúbal (41.711, totalizando 277.513 (em 2012 totalizavam 288.722);
- Por género, a tendência para a paridade que se vinha evidenciando nos últimos anos teve uma inflexão com um aumento da diferença para cerca de 2,5% entre o sexo feminino (51,3%) e o masculino (48,7%). Para tal acentuação do hiato entre os géneros concorre um maior decréscimo do número de homens residentes (-5,3%) do que de mulheres (-2,3%). Assim, pode indicar-se que a relação de masculinidade de estrangeiros residentes é de 95,0% (98,1% em 2012);



- De salientar que a distribuição por género, atenta a origem geográfica, tem maior predominância do sexo feminino – Outros da Europa, América e África – aspeto que não se verificava no ano transato. Como fatores explicativos enunciam-se o reagrupamento familiar e a redução do quantitativo de residentes do sexo masculino;
- Cerca de 84,0% dos cidadãos estrangeiros residentes fazem parte da população potencialmente ativa (337.008), sendo de evidenciar a preponderância do grande grupo etário entre os 20-39 anos (179.510). Este grupo populacional tem uma composição por género com maior preponderância feminina (52,8%);
- Releva o facto de a população de jovens entre os 0-14 anos permanecer idêntica na estrutura populacional de estrangeiros (10,3%);
- Verifica-se uma redução do potencial de crescimento demográfico da população estrangeira residente, atento o índice de potencialidade com um valor de 109,1% (em 2012 ascendeu a 114,6%);
- Em termos de fluxo migratório, consolidou-se a tendência decrescente do número de novos títulos emitidos (33.246), com um a quebra de 13,7% face ao ano transato (38.537);
- Os motivos mais relevantes na concessão de novas autorizações de residência foram os certificados e cartões de nacionais e familiares de cidadãos da União Europeia (15.238), reagrupamento familiar (7156), atividade profissional (4598) e estudo (3896);
- Do total de certificados e cartões de nacionais e familiares de cidadãos da União Europeia, 4.437 são referentes a nacionais de países terceiros (29,1%);
- Por nacionalidade destaque para o crescimento da China (36,8%), totalizando 1.863 novos títulos emitidos, e de Angola (14,2%), com a emissão de 1.477 títulos;

- As nacionalidades mais relevantes são o Brasil (6.680), Cabo Verde (2.738), Roménia (2.665), China, Angola, Espanha (1474) e Reino Unido (1402);
- Por género, verifica-se a paridade entre os títulos emitidos a homens (16.614) e mulheres (16.632).



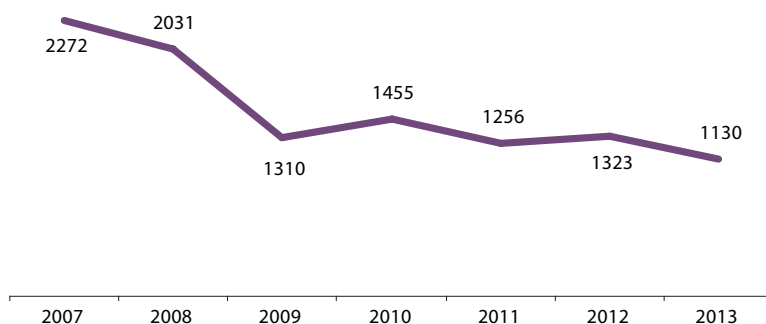
O regime especial de autorização de residência para atividade de investimento, geralmente designado por ARI/Golden Visa entrou em vigor no dia 8 de outubro de 2012. Este regime permite a obtenção de autorização de residência temporária com dispensa de visto de residência, desde que verificados um conjunto de requisitos definidos na Lei de Imigração e nos instrumentos de regulamentação (Despacho n.º 11820-A/2012, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro).

Em termos quantitativos e qualitativos importa evidenciar os seguintes aspetos:

- Realizaram-se 1.116 candidaturas a este regime de autorização de residência, evidenciando-se as nacionalidades chinesa (80%), brasileira (3%), russa (3%), angolana (2%) e sul-africana (2%), entre outros (11%);
- Foi concluída a instrução com decisão favorável de 476 processos de ARI e de 563 referentes a reagrupamento familiar;
- Apenas foram indeferidos 9 pedidos (4 investidores e 5 familiares);
- No final de 2013 foram emitidos 348 primeiros títulos de residência a investidores e 405 a familiares;
- Por tipologia de atividade, relevam as 446 operações de aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros nas áreas da grande Lisboa, Setúbal, Algarve e Madeira, totalizando 270.361.097,81€;
- A transferência de capitais em valor igual ou superior a um milhão de euros totalizou 34.227.677,18€ em 30 operações;
- O investimento total realizado ascendeu a 304.588.774,99€;
- A evolução natural e progressiva deste regime decorre, para além da própria natureza, da credibilidade do processo e o empenho do SEF na disponibilização de informação detalhada sobre as condições aplicáveis e requisitos exigidos para a concessão da autorização de residência (informação e portal de inscrição <http://ari.sef.pt>);
- No âmbito da Rede Nacional das Migrações foi promovida a realização da Conferência “A atração de investimento estrangeiro e imigração”, a 5 de dezembro, a qual se debruçou sobre medidas fiscais para atrair investimento estrangeiro e imigração, diplomacia económica, a política de vistos como facilitador de atração e captação de investimento estrangeiro e o regime das autorizações de residência para atividade de investimento.

No que refere à concessão do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres no âmbito do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil (artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro) importa evidenciar os seguintes aspetos:

- Foram instruídos pelo SEF 1.130 Estatutos de Igualdade, dos quais, 1.081 correspondem a pedidos de igualdade de direitos e deveres e, 49 também a pedidos de igualdade de direitos políticos;
- A diminuição do número de pedidos de estatuto de igualdade ao longo dos últimos anos decorre da tendência de decréscimo do número de nacionais do Brasil residentes em território português, do número de titulares deste estatuto ao longo do tempo, bem como a aquisição da nacionalidade portuguesa.



CONCEITOS

- Atividade de Investimento – actividade exercida pessoalmente ou através de uma sociedade que conduz, em regra, à concretização de, pelo menos, uma das seguintes operações em território nacional por um período mínimo de cinco anos: i) Transferência de capitais no montante igual ou superior a 1 milhão de euros; ii) Criação de, pelo menos, 10 postos de trabalho; iii) Aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros;
- Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres – reconhecimento pelo Estado Português de igualdade de direitos e deveres cívicos e administrativos aos cidadãos brasileiros que o requeiram. O gozo de direitos políticos apenas é admitido decorridos três anos de residência habitual e mediante requerimento à autoridade competente. Reconhecido o estatuto de igualdade é emitido, para uso interno, documento de identidade idêntico ao Cartão do Cidadão, mencionando a nacionalidade do portador e referência ao Tratado. O estatuto cessa mediante aquisição da nacionalidade ou caducidade da autorização de residência;
- Estrangeiro residente – para efeitos estatísticos, considera-se o estrangeiro detentor de título de residência emitido nos termos da Lei de Imigração, do Regime de Livre Circulação de nacionais de Estados Membros da União Europeia e seus familiares e da Lei de Asilo;
- Fluxo – títulos de residência emitidos pela primeira vez aos cidadãos estrangeiros;
- Índice de potencialidade – relação entre as duas metades de população feminina em período fértil, permitindo aferir algumas indicações sobre o potencial de crescimento demográfico;
- Nacional de país terceiro – cidadão que não seja nacional de países da União Europeia, Espaço Económico Europeu ou Espaço Schengen;
- População potencialmente ativa: população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, permitindo aferir a ponderação da população ativa na população total;
- Relação de masculinidade – quociente entre a população do sexo masculino e do sexo feminino, expressa em percentagem;
- SEFSTAT – sistema de produção de informação estatística sobre população estrangeira residente, disponibilizando no portal <http://sefstat.sef.pt> os elementos com desagregação por nacionalidade, género e unidades geográficas distrito e concelho;
- Stock – número de títulos válidos relativos a estrangeiros residentes

Na concretização das políticas públicas de **integração dos imigrantes** no âmbito das competências do SEF, em particular no que refere à gestão da imigração legal, combate à criminalidade direcionada aos imigrantes e na salvaguarda dos direitos que lhes estão legalmente conferidos, o SEF deu continuidade a um conjunto determinante de ações, evidenciando-se:

- Adoção de um plano nacional para a implementação do SIGAP (Sistema de Informação e Gestão Automatizada de Processos) em todos os postos de atendimento do SEF, prevendo o alargamento a todos os postos de atendimento no biénio 2013/2014, tendo sido implementado em oito postos de atendimento (SEF/Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa, Posto de Atendimento de Benfca, Delegações Regionais de Leiria, Figueira da Foz, Vila Real, Bragança, de Évora e Portalegre);
- Atualização do Portal de Informação ao Imigrante (<http://www.imigrante.pt/#1>), o qual permite o acesso a um conjunto mais alargado de informação bem como para a preparação da deslocação ao SEF, documentação necessária, legislação, locais de atendimento e banco de informação;
- Elaboração do Manual de Procedimentos para a vertente de emissão de documentos (Manual REPSAE – Área Documental) e disponibilização num Portal de Atendimento SEF, o qual clarifica e uniformiza, a nível nacional, os procedimentos relativos à receção e instrução dos pedidos de prorrogações de permanência, concessão e renovação de títulos de residência;
- No âmbito do Programa *SEF em Movimento* foram beneficiários 958 cidadãos estrangeiros, destacando-se as nacionalidades: Cabo Verde (356), Tailândia (157), Angola (90), São Tomé e Príncipe (62) e Guiné-Bissau (66), mediante a tramitação dos procedimentos de concessão de autorização de residência. Nota particular para a regularização de 39 jovens sujeitos a tutela do Ministério da Justiça, bem como a celebração de protocolos com 18 instituições;
- Celebraram-se, no âmbito do *SEF vai à Escola*, protocolos com 13 escolas e foram regularizados 5 beneficiários, o que revela os bons resultados na promoção da migração legal e da regularidade documental das crianças em idade escolar;
- Foram desenvolvidas 146 ações de recolha de informação sobre reclusos estrangeiros, formação ou documentação de cidadãos estrangeiros reclusos, no âmbito do *SEF em Movimento – Protocolo SEF/DGRSP*. O número de beneficiários ascendeu a 217 (sendo a nacionalidade mais representativa a cabo-verdiana, com 88 cidadãos);
- No sentido de promover a facilitação do acesso à múltipla informação relevante para cidadãos estrangeiros que pretendam residir em Portugal, a 28 de janeiro foi celebrado protocolo no âmbito do Turismo Residencial (SEF, AT, DGACCP, AICEP, Assoc. Port. de Resorts, Assoc. dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal);
- O *Centro de Contacto SEF* atendeu 266.352 chamadas, sendo as nacionalidades mais relevantes a brasileira (76.764), cabo-verdiana (41.102), angolana (19.245) guineense (Bissau) (18.894), e ucraniana (12.636);
- Do total de chamadas, foram efetuadas 193.277 marcações para atendimento nos diversos postos de atendimento do SEF, tendo ainda notificado 13.008 cidadãos para deslocação a postos de atendimento para efeito de instrução de procedimentos de regularização no âmbito dos n.ºs 2 dos artigos 88.º e 89.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

CONCEITOS

- Centro de Contacto SEF – serviço que procura a facilitação do contacto entre os cidadãos estrangeiros e o SEF, prestado em parceria com entidades da sociedade civil, através da colocação de mediadores socioculturais capacitados em diversos idiomas: agendamento das sessões de atendimento presencial, prestação de informações genéricas sobre a regularidade documental de estrangeiros;
- Programa SEF em Movimento – programa de atuação do SEF que visa facilitar o relacionamento do com os grupos populacionais vulneráveis e com constrangimentos de mobilidade para deslocação aos postos de atendimento (doentes, idosos, crianças, famílias numerosas, cidadãos reclusos ou em cumprimento de penas limitadoras da liberdade e menores institucionalizados);
- Protocolo SEF / DGRSP – celebrado no âmbito do SEF em Movimento, tem por objeto a partilha de informação entre ambas as instituições no sentido de promover um efetivo conhecimento da população estrangeira reclusa, permitindo que sejam otimizados os procedimentos em matéria de emissão de títulos de residência ou afastamento, consoante a situação documental individual;
- SEF vai à Escola – programa inserido no âmbito do SEF em Movimento que procura sensibilizar e agilizar a regularização de menores estrangeiros inseridos no ensino básico, bem como os seus familiares.

Ao SEF compete, no âmbito da **atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa**, a emissão de parecer no que refere à certificação do tempo de residência no território português.

A quarta alteração à Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, que altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro) ampliou o conceito de residência legal no território português para efeito de obtenção da nacionalidade (visto ou autorização de residência). O principal impacto foi o aumento substancial do número potencial de estrangeiros podem aceder à nacionalidade portuguesa.

Neste âmbito, em 2013 são se salientar os seguintes aspetos:

- Foram formulados 30.130 pedidos de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa (+1,4% face a 2012);
- O SEF emitiu **28.753** pareceres (27.771 positivos e 982 negativos²);
- Por tipologia, assinala-se o número de pedidos no âmbito da aquisição de nacionalidade portuguesa por naturalização (62%) e por efeito da vontade no caso dos estrangeiros casados ou em união de facto há mais de três anos com nacional português (18%);
- No que respeita à aquisição de nacionalidade por casamento ou união de facto, relevam os pedidos efetuados por nacionais do Brasil (1.946), Cabo Verde (581), Angola (434), Ucrânia (343), Guiné-Bissau (329), Moldávia (306), Índia (218), Paquistão (106) e Marrocos (101);
- Dos pareceres emitidos relevam os referentes a pedidos formulados por cidadãos de nacionalidade brasileira (6.398), cabo-verdiana (4.697), ucraniana (3.993), guineense-Bissau (2.752) e angolana (2.722). Importa realçar o pareceres emitidos sobre pedidos formulados por nacionais da Índia (712), Paquistão (475), Marrocos (268) e China (157);
- O número de certidões comprovativas do tempo de residência legal em território nacional emitidas ascendeu a **29.504**;
- Foi celebrado um protocolo entre o SEF e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (14 de outubro) no sentido de agilizar os procedimentos relativos à prova de conhecimento da língua portuguesa.



2 - Os pareceres negativos são emitidos com base em razões de segurança interna, existência de medidas cautelares nacionais ou internacionais, e não habilitação de título de residência.

CONCEITOS

- Aquisição da nacionalidade portuguesa – nacionais de outros países a quem é concedida, a requerimento, nacionalidade portuguesa por cumprirem determinados requisitos, designadamente no que refere à naturalização ou aquisição pela vontade;
- Atribuição da nacionalidade portuguesa – reconhecimento da nacionalidade portuguesa originária (aqueles que têm origem portuguesa).

CONTROLO DA IMIGRAÇÃO

O controlo da imigração incide especialmente, numa abordagem abrangente e integrada, em três eixos essenciais de atuação: controlo da permanência e atividades de estrangeiros, prevenção e repressão da criminalidade associada aos fenómenos migratórios e gestão da documentação de segurança (documentos de identificação e viagem).

A análise do controlo da permanência e atividades de cidadãos estrangeiros em território nacional, designadamente no que refere à verificação do cumprimento do regime nacional de imigração, implica a apreciação da atuação do SEF no âmbito das ações de inspeção e fiscalização e dos respetivos resultados (identificação de pessoas, deteção de ilegais em território nacional, procedimentos de afastamento e expulsão, contraordenações, ou deteção de medidas cautelares). Também a concessão de títulos de residência releva neste âmbito, embora este aspeto tenha sido autonomizado e relevado na secção que procede à caracterização da população estrangeira residente em Portugal.

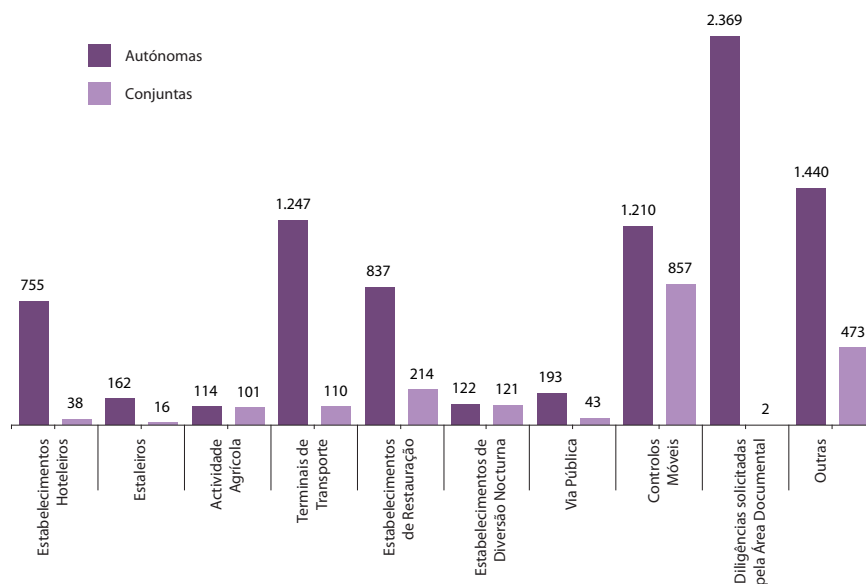
A prevenção e repressão da criminalidade associada aos fenómenos migratórios constituem um desígnio fundamental na salvaguarda da paz social e da segurança e direitos dos cidadãos, de modo a evitar a vitimação e exploração de pessoas. Neste âmbito, e considerando a crescente preocupação com o auxílio à imigração ilegal e o tráfico de seres humanos, o SEF empreende uma atuação focada no combate às redes de imigração e de mão-de-obra ilegais. Evidencia-se a elevada complexidade da investigação deste tipo de criminalidade, em razão de fatores diversos tais como a organização, a transnacionalidade do fenómeno e a fragilidade das vítimas. Assim, apresenta-se um conjunto de indicadores que permitem uma caracterização deste tipo de criminalidade e medidas endereçadas à sua prevenção e repressão.

Um outro aspeto essencial ao controlo da imigração, transversal em termos de emissão de documentos, passagem de fronteiras e utilização para atos ilícitos, reside no combate à fraude documental e o reforço da segurança da documentação de identidade, viagem e residência. Neste domínio, procede-se à análise das principais ações e resultados relacionados com a verificação da conformidade da documentação de identidade e viagem e respetiva utilização.

Os principais resultados no âmbito da **atuação de controlo da permanência e atividades de estrangeiros** durante o ano de 2013 são:

Inspeção e fiscalização

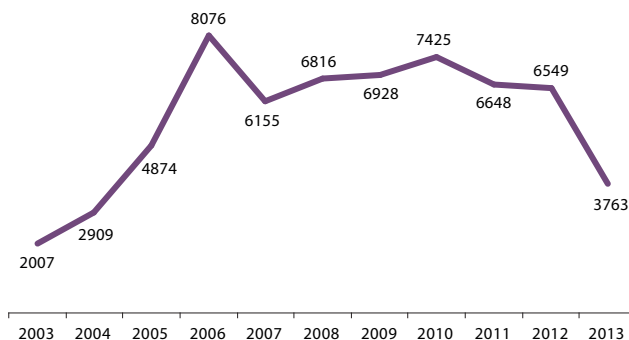
- As Direções Regionais do SEF empreenderam 10.424 ações de inspeção e fiscalização (acréscimo de 1,1% do número de ações face ao ano transato);
 - Ações de inspeção autónomas: 8.449 (acréscimo de 10,2%);
 - Ações de inspeção e fiscalização em colaboração com outras entidades (ACT, ASAE, AT, GNR, PJ, PM, PSP, Segurança Social, Cuerpo Nacional de Policía e Guardia Civil): 1.975 (decréscimo de 25,1%).
- Na sequência destas ações foram identificados 169.797 cidadãos (decréscimo de -23,4%), 38.152 dos quais nacionais de países terceiros (decréscimo de -13,1%);
- Em situação irregular foram identificados 1.698 cidadãos estrangeiros (decréscimo de -41,3), tendo sido detidos por permanência irregular 112 pessoas;
- A Direção Regional do Centro constitui-se como a unidade orgânica com maior volume de ações de fiscalização empreendidas (3.205), sendo determinante o número de ações em controlos móveis efetuadas no CCPA de Vilar Formoso (1.288), principal ponto de entrada terrestre no país;
- Por tipologia de diligência de controlo / entidade visada, evidenciam-se as ações inspetivas empreendidas no âmbito da instrução de procedimentos administrativos da vertente documental (2.371), controlos móveis (2.067), terminais de transporte (1.357), estabelecimentos de restauração (1.051) e estabelecimentos hoteleiros (793);



- De salientar o acréscimo de identificados em ações de inspeção em estabelecimentos hoteleiros (1.082 identificados, representando um acréscimo de 17,7%), atividade agrícola (3.468 identificados, representando um acréscimo de 113,2%) e diligências no âmbito da instrução de procedimentos de controlo/emissão documental (3.998 identificados, representando um acréscimo de 48,6%). Esta atuação visa essencialmente a prevenção de ilícitos envolvendo estrangeiros, em particular situações de trabalho ilegal, análise de pedidos de títulos de residência com eventual utilização de meios de prova fraudulentos (relações laborais, casamentos, permanência em Portugal), entrada e permanência irregular, falsificação de documentos (nomeadamente contratos de trabalho), casamentos de conveniência, auxílio à imigração ilegal e tráfico de seres humanos, potenciando o conhecimento gerado pela análise de informação;
- Foram registados no sistema de informação de boletins de alojamento (SIBA) 6.171.257 boletins de alojamento (5.557.691 em 2012).

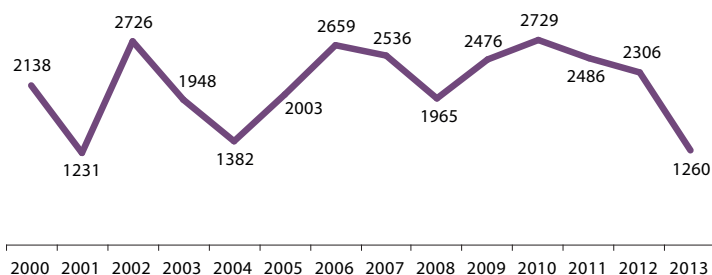
Notificações para Abandono Voluntário (NAV):

- Decréscimo de 42,5% face a 2012, consolidando a inversão da tendência de redução deste indicador, em resultado de melhor promoção dos canais de migração legal e repercussão na procura de mão-de-obra estrangeira (legal e ilegal) da crise económica;
- As origens mais representativas são o Brasil (1.190), perfazendo 31,6% do total de notificações, Cabo Verde (532), Guiné-Bissau (324), Angola (214) e Nepal (200).



Processos de Afastamento Coercivo (PAC):

- Foram instaurados 1.260 processos de afastamento coercivo, expressando um decréscimo de 45,4%, face a 2012;
- Dos 1.112 procedimentos concluídos (acréscimo de 57,7%) foram proferidas 435 decisões de expulsão e 677 de arquivamento, na conclusão de procedimentos;
- As origens mais representativas são o Brasil (315), Cabo Verde (265), Guiné-Bissau (151), Angola (107), Ucrânia (58) e Marrocos (36).



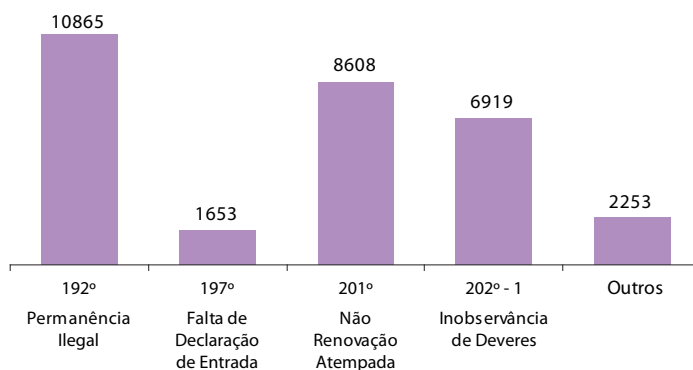
Em 2013 verificou-se uma redução do afastamento de território nacional (-25,9%), num total de 463 cidadãos, traduzindo-se numa quebra generalizada na execução dos diversos tipos de afastamento;

Das 352 readmissões registadas (decréscimo de 33,2%), 308 foram passivas (redução de 24,0%; 194 solicitados por Espanha e 113 por França) e 44 ativas (redução de 63,9%; 39 foram solicitadas a Espanha).

Ao abrigo do Protocolo celebrado com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Estado português, foram 692 os cidadãos estrangeiros beneficiários do programa de apoio ao retorno voluntário (diminuição de 8,1%);

Processos de contraordenação:

- Foram instaurados 30.298 processos de contraordenação (decréscimo de 11,7%);
- Do quadro legal de estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho) foram instaurados 29.297 processos (decréscimo de 11,5%);
- Do regime de livre circulação aplicável aos cidadãos da União Europeia e seus familiares (Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto) foram instaurados 1.001 processos (decréscimo de 17,1%);



- Por excesso de permanência (permanência ilegal, artigo 192.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho) foram instaurados 10.865 processos (decrécimo de 11,3%), com destaque para as nacionalidades brasileira (3.310), cabo-verdiana (1.642), angolana (924), guineense (Bissau) (691) e nepaleses (671);
- Instauração de 8.608 processos de contraordenação pela não renovação atempada de autorização de residência (decrécimo de 8,6%), relevando, por nacionalidade, a brasileira (3.842), cabo-verdiana (1.385), angolana (669) e ucraniana (464).

Deteção de Medidas Cautelares Nacionais e Schengen:

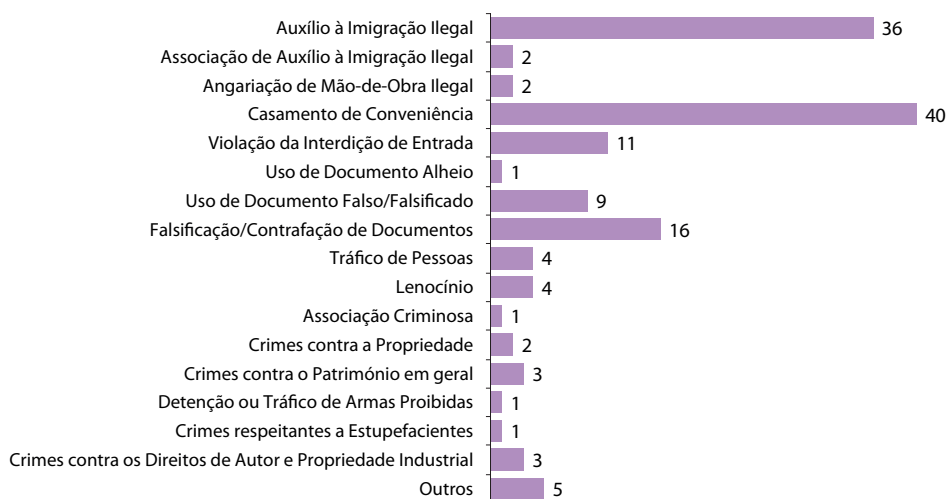
- Deteção de 1.270 medidas cautelares nacionais (decrécimo de 23,4% face ao ano anterior);
- Por tipo de medida, evidencia-se o pedido de paradeiro de autoridade policial (267), o paradeiro para notificação (249), o pedido de paradeiro no âmbito do processo administrativo de expulsão (225) e o mandado de captura (211);
- Por local de atuação, evidenciam-se o posto de fronteira do Aeroporto de Lisboa, a Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo e a Direcção Central de Imigração e Documentação (esta no que refere à emissão de passaportes);
- O Grupo Operativo do SEF no Gabinete SIRENE procedeu à validação de 431 descobertas de indicações relativas a pessoas não admissíveis no espaço Schengen e documentos (indicações Schengen), tendo procedido à prorrogação da validade de 983 medidas.

Neste âmbito, é ainda de evidenciar os seguintes aspetos:

- Enfoque estratégico da atividade de inspeção e fiscalização na verificação de condições para a obtenção de títulos de residência e na prevenção e combate à utilização de mão-de-obra ilegal e tráfico de seres humanos, promovendo a articulação local e nacional com outras entidades;
- Adoção de medidas de identificação, deteção e detenção de cidadãos estrangeiros associados a criminalidade grave e/ou violenta em todo o território nacional, procurando que possam ser promovidas ações tendentes ao seu afastamento. Neste âmbito foram afastados 217 cidadãos associados à prática dos crimes, nomeadamente tráfico de estupefacientes (108), roubo (50), furto (22) e homicídio (10);
- Colaboração na equipa mista de prevenção criminal para a região do Algarve, tendo participado ativamente nas operações "Turista Seguro", "Cores" e "Securus" (esta última sob coordenação do SEF);
- Participação nos Grupos Técnicos para a Prevenção da Criminalidade no âmbito do Sistema de Segurança Interna, com o objetivo de proceder à análise e partilha de informação criminal, incidentes no distrito de Setúbal e concelhos Amadora/Sintra.

No que respeita à **averiguação e investigação dos ilícitos criminais associados à imigração**, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- Registo pelo SEF de 141 crimes (-52,8% que no ano anterior), sendo os tipos de crime mais expressivos o casamento de conveniência (40), o auxílio à imigração ilegal (36) e a falsificação/contrafação de documentos (16);
- Em termos de movimentação processual salienta-se:
 - Redução do número de processos pendentes em investigação em 29,6% (no início de 2013 estavam pendentes 365 inquéritos, tendo transitado para 2014 um total de 257 processos);
 - O Ministério Público distribuiu 281 inquéritos para investigação pelo SEF;
 - As equipas de investigação criminal do SEF concluíram, em 2013, 389 processos.



- Foram executadas 111 buscas, das quais 63 domiciliárias, 16 a estabelecimentos, 31 a viaturas e 1 busca não domiciliária, relevando os crimes de auxílio à imigração ilegal (40), associação de auxílio à imigração ilegal (23) e lenocínio (16);
- Foram apreendidos cerca de 80.000 EUR, 419 documentos, 17 armas e 10 viaturas;
- Por matéria criminal foram detidos 63 cidadãos, em particular pelos crimes de associação criminosa (19), associação de auxílio à imigração ilegal (8) e tráfico de pessoas (6);
- A constituição de 276 arguidos em sede de processos-crime (sem outras medidas de coação associadas) tem como principais nacionalidades a portuguesa (121) e brasileira (43);
 - Por tipo de crime, destacam-se os arguidos constituídos por casamento de conveniência (87), auxílio à imigração ilegal (65) e falsificação/contrafação de documentos (44).
- Das medidas de coação mais gravosas salienta-se a prisão preventiva, aplicada a arguidos pela prática dos crimes de associação de auxílio à imigração ilegal (8), tráfico de pessoas (8) e outras (15);
- O SEF sinalizou 162 vítimas associadas à criminalidade relacionada com o fenómeno migratório, constituindo as nacionalidades mais relevantes a portuguesa (63), brasileira (38) e romena (31);
 - Por tipo de crime, destaque para os de tráfico de pessoas (61), auxílio à imigração ilegal (47), lenocínio (32) e casamento de conveniência (22).

No domínio da prevenção e repressão criminal importa enunciar alguns aspetos qualitativos, designadamente:

- Principais decisões judiciais sobre processos que contaram com a atuação do SEF na sua vertente de órgão de polícia criminal;
 - Condenação a nove anos e oito meses de prisão do principal arguido de uma organização criminal responsável pela prática dos crimes de lenocínio, auxílio à imigração ilegal e detenção de armas de fogo e munições proibidas no concelho de Castro Daire. Os restantes 4 arguidos foram todos condenados a penas de prisão (entre 1 ano e 5 meses e 4 anos e 6 meses);
 - Condenação a pena de prisão de 1 ano e 9 meses, suspensa por igual período, de cidadão associado a uma rede de auxílio à imigração ilegal de cidadãos iranianos para o Reino Unido através do espaço Schengen, recorrendo à utilização de passaportes britânicos falsificados.

- Destaque do ano de 2013 no combate ao tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal e exploração de mão-de-obra estrangeira:
 - O SEF detetou e identificou uma organização que explorava cerca de 30 cidadãos romenos numa herdade agrícola em Beja. Das ações de investigação e inspeção resultou a indicição de seis arguidos (cinco com medida de coação de prisão preventiva) por tráfico de pessoas para exploração laboral, tendo sido sinalizadas e ouvidas para memória futura 28 vítimas.
 - Os indícios recolhidos indicavam que as vítimas:
 - Foram recrutadas na Roménia através da criação de falsas expetativas relativas às cláusulas laborais e remunerações;
 - Permaneciam nas instalações cedidas em condições de insalubridade e sob exploração laboral com recurso a ameaças e coação;
 - Estavam sujeitas a um regime de subjugação económica baseada na cedência de bens alimentares através de meios usurários.
 - A especial vulnerabilidade e fragilidade destas vítimas implicaram uma atuação concertada entre o SEF e entidades especializadas na prestação de apoio social, designadamente a Segurança Social, Cruz Vermelha e Cáritas de Beja.
 - Atuação no quadro da colaboração policial e judiciária, e ações empreendidas, considerando a atuação do SEF no reforço da articulação e cooperação com organismos e instâncias no âmbito da União Europeia e Internacional (EUROPOL, EUROJUST e INTERPOL), sobretudo em matéria de suporte à investigação e troca de informação:
 - O SEF tem ainda participado ativamente no âmbito da Europol e Interpol, bem como na criação de Equipas de Investigação Conjunta, no sentido de promover um melhor conhecimento sobre tendências e modos de atuação de redes de criminalidade organizada transnacional de origem euroasiática, evidenciando-se a participação:
 - No grupo Europol-EEOC (Eastern European Organized Crime) o qual tem por objetivo a identificação e compilação de informação relacionada com fenómenos criminais, sendo de salientar a identificação de arguidos em processos-crime portugueses referenciados noutros Estados da União Europeia;
 - Projeto Millennium da Interpol, o qual permitiu o desenvolvimento de ferramentas comuns para agilizar a troca de informação relacionada com investigações em curso, partilha de experiências e identificação de principais tendências e *modus operandi* destas organizações criminosas.
 - Por outro lado refira-se a participação do SEF no projeto EMPACT (2014-2017) – ação de combate à imigração ilegal (integrado no Plano de Ação Operacional para 2014-2017 de combate à criminalidade organizada da Europol), reconhecendo a relevância do casamento de conveniência como fenómeno transversal na União Europeia no abuso à figura do reagrupamento familiar;
 - Ações mais relevantes desenvolvidas em articulação com articulação e cooperação com organismos da União Europeia e/ou internacionais:
 - Operação “Vory” – intervenção conduzida pelo SEF, sob orientação do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, tendente ao cumprimento de mandados de detenção e de busca visando a ação judiciária sobre uma associação de auxílio à imigração ilegal que facilitava a entrada e permanência em Portugal de cidadãos estrangeiros para prática de ilícitos criminais, designadamente falsificação de documentos e furto de residências. Esta intervenção teve por pressuposto o contacto com a Europol, em particular o Grupo vocacionado para a Criminalidade Organizada para a Europa de Leste.
- Em termos de resultados imediatos, evidencia-se a detenção de vinte cidadãos oriundos da região do Cáucaso (onze em cumprimento de mandados e nove em flagrante delito por utilização de documento falso) e a apreensão de sete viaturas ligeiras, cerca de 12.000 euros, elevada quantidade de joias e outros valores furtados, bem como diversa documentação e objetos relacionados com os ilícitos. Este grupo de criminalidade organizada de carácter transnacional é constituído por um número elevado de cidadãos oriundos da Geórgia, e está indiciado pelos crimes de auxílio à imigração ilegal e conexos (associação criminosa, falsificação de documentos, furto qualificado, recetação, posse de arma proibida, entre outros). Evidencia-se que a investigação em curso totalizava, no final de 2013, vinte e oito detenções (incluindo as vinte da operação “Vory”), sendo que dezassete ficaram em prisão preventiva,

uma extradição para Itália, seis condenações a pena de prisão (dois dos quais foram expulsos para a Geórgia).

A relevância pública desta operação foi inclusive reconhecida pelo Ministro da Administração Interna ao atribuir Público Louvor Coletivo a treze elementos envolvidos na investigação desta rede de criminalidade organizada (Louvor n.º 660/2013, 8 de julho de 2013).

- Operação “Batedores”/“Mascaret” – intervenção em colaboração do SEF com as autoridades policiais francesas e Europol, para realização de investigação e ação judiciária e policial incidente numa estrutura transnacional organizada de transporte de imigrantes ilegais de origem indostânica entre países europeus e posterior legalização dos mesmos por meios fraudulentos.

No que refere à **gestão da documentação de segurança**, importa evidenciar que os resultados ora apresentados são relativos às competências do SEF neste domínio, designadamente: a gestão da emissão de documentos de viagem e identidade; a deteção de fraude e peritação documental.

Assim, importa salientar que em 2013 os principais resultados foram:

- Deteção de fraude documental:
 - Acréscimo da deteção de fraude documental de 29,5% face ao ano anterior, totalizando 817 documentos;
 - O acréscimo da utilização de documentação alheia (224 registos) corresponde a uma reação ao reforço generalizado da segurança física e lógica dos documentos e à alteração do paradigma tradicional da fraude.
 - O tipo de documento mais utilizado de forma fraudulenta foi o passaporte ordinário (549), registando um acréscimo de 30,4%, secundado pelo Passaporte Especial/Serviço (124).

Tipo de Fraude Documental		
Utilização de Documento Alheio	224	↗
Documentos Contrafeitos	167	↗
Substituição de Página (s)	86	↗
Substituição de Fotografia	72	↗
Vistos Falsos ou Falsificados	69	↗
Carimbos Falsos ou Falsificados	61	↗

- Locais de Deteção:
 - A deteção de documentos com fraude documental foi efetuada quase na totalidade nos postos de fronteira aérea (812), em particular no Aeroporto de Lisboa (795), Faro (9), Porto (6) e Ponta Delgada (2);
- Origem dos Documentos:
 - A origem mais frequente dos documentos utilizados para a fraude é a europeia (355), secundada pela africana (336);
 - As nacionalidades dos documentos mais representativas são França (114), Senegal (76), Turquia (65), Mali (61), Angola (55), Grécia (47), Itália (44), Portugal (42), Guiné-Bissau (41) e Espanha (37);
 - Evidencia-se a quase duplicação do número de documentos franceses (69 em 2012) e malianos (37 em 2012);
- Nacionalidade do Portador:
 - Dos 634 indivíduos detetados em situação de fraude documental, não foi possível determinar a nacionalidade de cerca de 35,8%;

- As nacionalidades mais expressivas são a angolana (45) e guineense (Equatorial) (31), sendo no entanto de evidenciar o decréscimo assinalável de portadores de fraude documental nacionais do Mali (61,2%) e da Nigéria (46,2%);
- Proveniência e destino dos portadores de documentos fraudulentos:
 - Os aeroportos de proveniência mais relevantes dos portadores de documentos fraudulentos, num total de 579, foram os da Guiné-Bissau (179), Senegal (151), Gana (44), Marrocos (43) e Brasil (43);
 - Os destinos preferenciais dos 50 portadores de documentos fraudulentos detetados à saída de território nacional seriam o Canadá (25), Reino Unido (15) e Irlanda (5);
- Foram elaborados 476 Relatórios Periciais, salientando-se que 267 relatórios elaborados no contexto do processo-crime relativo a auxílio à imigração ilegal de cidadãos chineses.

No contexto da documentação de identificação e viagem, o SEF é a entidade gestora do processo de decisão de concessão e emissão do Passaporte Eletrónico Português em território nacional continental. Assim, procede à análise e verificação dos pressupostos inerentes à concessão deste título de viagem, bem como à gestão do sistema de informação do passaporte eletrónico português (SIPEP).

- Em 2013 foram concedidos 498.331 passaportes pelos três centros decisores (SEF, MNE e Regiões Autónomas), sendo que no âmbito do processo de concessão foram detetadas 1.123 indicações relativas a pessoas e documentos (625 em 2012);
- O SEF concedeu 13 passaportes para estrangeiros e 730 passaportes temporários;
- Foram concedidos 764 passaportes diplomáticos (MNE) e 2.750 passaportes de serviço (MAI);
- Verificou-se um acréscimo de 30,6% da decisão de concessão automatizada, a qual implica a realização de auditoria de qualidade do processo de concessão, explicado em boa parte pela redução de 24,2% da necessidade de promover a individualização de decisões;

Assim, no âmbito do combate à fraude documental importa evidenciar os aspetos qualitativos mais relevantes, designadamente:

- O reforço da segurança da documentação de identidade (ex.: introdução de elementos de segurança biométricos; eficiência e qualidade na cadeia de identidade – registo, produção, emissão e controlo – na generalidade dos países) tem induzido a alteração dos padrões de fraude documental detetada;
- O reforço da formação dos inspetores de imigração nos domínios da documentação de segurança e fraude documental;
- A consolidação dos instrumentos de partilha de informação a nível nacional e internacional (ex. i-FADO – *Intranet False and Authentic Documents Online*; realização em 2013 de seminário sobre documentação de segurança (Ayamonte) sobre os desenvolvimentos mais recentes na área de documentação de segurança e as últimas tendências da fraude e investigação de redes que se dedicam à contrafação e falsificação de documentos).

CONCEITOS

Controlo da permanência e atividades de estrangeiros

- Ação de inspeção e fiscalização: diligência de controlo incidente em determinada entidade visada (unidade empresarial, comercial ou produtiva, via pública, veículos de transporte e averiguações no âmbito da instrução de procedimentos de concessão de título de residência);
- Cidadãos identificados: todos os cidadãos identificados em "ações de inspeção e fiscalização", considerando os cidadãos portugueses, nacionais de Estados da União Europeia e de países terceiros;
- Cidadãos identificados em situação ilegal: todos os cidadãos detetados em situação ilegal em "ações de inspeção e fiscalização";
- Detenções: apenas são consideradas as detenções por permanência irregular (artigo 146.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho);
- Notificações para Abandono Voluntário (NAV): indicação para abandono voluntário do país de cidadão estrangeiro que tenha entrado ou permaneça em território português de forma irregular;
- Afastamento coercivo: procedimento administrativo subsequente a detenção por permanência irregular (artigo 146.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho) tendente ao afastamento de território português (anteriormente designado por processo de expulsão administrativa);
- Condução à fronteira: procedimento de afastamento coercivo célere quando o estrangeiro manifeste intenção de abandonar o país aquando do interrogatório judicial decorrente da detenção por permanência irregular;
- Expulsão: decisão judicial relativa ao afastamento de território nacional, geralmente enquanto pena acessória pela prática criminal;
- Readmissão: afastamento e devolução de cidadão nacional de país terceiro em situação irregular ao Estado (no âmbito de acordos celebrados para esse efeito) onde permaneceu anteriormente à sua deteção (as readmissões constituem um indicador sobre a composição dos fluxos migratórios irregulares com origem ou trânsito em Portugal – readmissões ativas – e com origem noutros Estados da UE – readmissões passivas);
- Contraordenações: sanções pelo incumprimento do conjunto de deveres estabelecido para os estrangeiros e entidades que com estes se relacionam (empregadores, transportadores, alojamento, entre outras). Releva o regime sancionatório relativo ao emprego ilegal de estrangeiros enquanto instrumento de combate à exploração de nacionais de países terceiros para fins laborais;
- Medida cautelar sobre pessoas: indicação constante no Sistema Integrado de Informações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SISEF) relativa a pessoas (independentemente da nacionalidade) para adoção de procedimentos diversos de natureza administrativa ou judicial, visando, essencialmente, indivíduos procurados e/ou referenciados quer por unidades orgânicas do SEF ou por autoridades judiciais e órgãos de polícia criminal.

Investigação Criminal

- Criminalidade participada/registada: crimes cuja notícia foi obtida pelo SEF e comunicados à Direção Geral de Política de Justiça, em acordo com as regras estipuladas (no caso da existência de vários crimes, é registado apenas o mais grave);
- Movimento processual: tramitação dos processos nas unidades orgânicas do SEF, por fase e tipologia do crime em investigação;
- Inquéritos Pendentes: inquéritos transitados do período anterior;
- Inquéritos Registados sob NUIPC: inquéritos registados incidentes em matéria criminal (não inclui os registos de detenções por permanência irregular);
- Inquéritos Distribuídos para Investigação: inquéritos remetidos pelo Ministério Público para investigação;
- Processos concluídos com proposta de arquivamento: processos remetidos ao Ministério Público com proposta de Arquivamento;
- Processos concluídos com proposta de acusação: processos remetidos ao Ministério Público com proposta de Acusação;
- Inquéritos transitados: inquéritos transitados para o período seguinte.

Documentação de Segurança

- Análise e peritagem documental: conjunto de procedimentos referentes à peritagem técnica dos documentos de identidade, viagem e residência, implicando a descrição da conformidade da documentação de identidade e viagem face a documento genuíno;
- Documento genuíno: título que prova facto jurídico relevante, emitido por entidade idónea e em conformidade com as regras definidas, sendo fiável, seguro e reconhecido legalmente;
- Documentação de identidade e viagem: título que permite a identificação de pessoas e garante a possibilidade de exercer direitos;
- Fraude documental: ação de falsificação ou contrafação de documentos ou utilização de documento alheio;
- Documento falso: reprodução não autorizada de documento genuíno;
- Documento falsificado: alteração de um documento genuíno em fase posterior à respetiva emissão;
- Documentos fraudulentamente obtidos: documentos emitidos com base em procedimentos, factos ou documentos incorretos;
- Uso de documento alheio: utilização de documento de identificação ou de viagem emitido a favor de outra pessoa;
- Portador de documento: indivíduo que apresenta o documento de identificação ou de viagem.

3.

FRONTEIRAS

Em 2013 foram controladas nas fronteiras externas 12.386.051 pessoas (acréscimo de 5.1%) com particular ênfase para o aumento de passageiros controlados nas fronteiras aéreas (+ 6,4%). Por outro lado, verificou-se uma ligeira redução de pessoas controladas nas fronteiras marítimas (-1,0%).

Em termos de reflexo da atividade de controlo de fronteiras, evidencia-se o aumento do número de vistos emitidos (+7,4%) e o decréscimo do número de recusas de entrada (-34,8%).

Destaque para o reforço das funcionalidades do PASSE, implementação do APIS (Advanced Passenger Information System), bem como para a operacionalização da última geração do controlo de fronteira electrónico, o sistema RAPID.

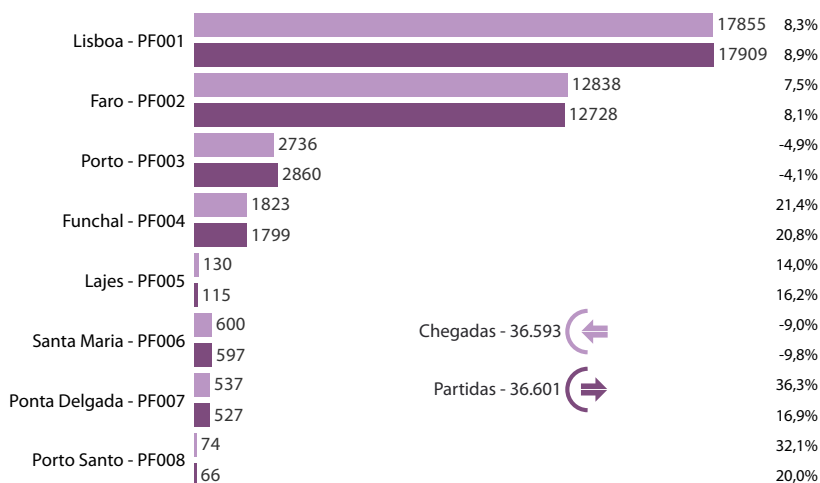
FRONTEIRAS

O SEF é a entidade nacional responsável pelo controlo de pessoas nos postos nacionais de fronteira externa. No contexto da política migratória portuguesa, o SEF tem empreendido uma estratégia de reforço do controlo de fronteiras, em especial no que se refere à utilização das novas tecnologias, esforço este reconhecido a nível nacional, na União Europeia e internacional. Neste âmbito, o SEF promove uma abordagem abrangente do controlo de fronteiras, atuando segundo o modelo de gestão integrada de fronteiras (IBM - *Integrated Border Management Model*), recorrendo à análise de risco e inteligência criminal incidentes na identificação e investigação de fluxos migratórios ilegais e de criminalidade transfronteiriça. Por outro lado, O SEF privilegia quatro eixos fundamentais de atuação – qualificação, informação, tecnologia e cooperação – para a promoção da eficácia do controlo de fronteiras.

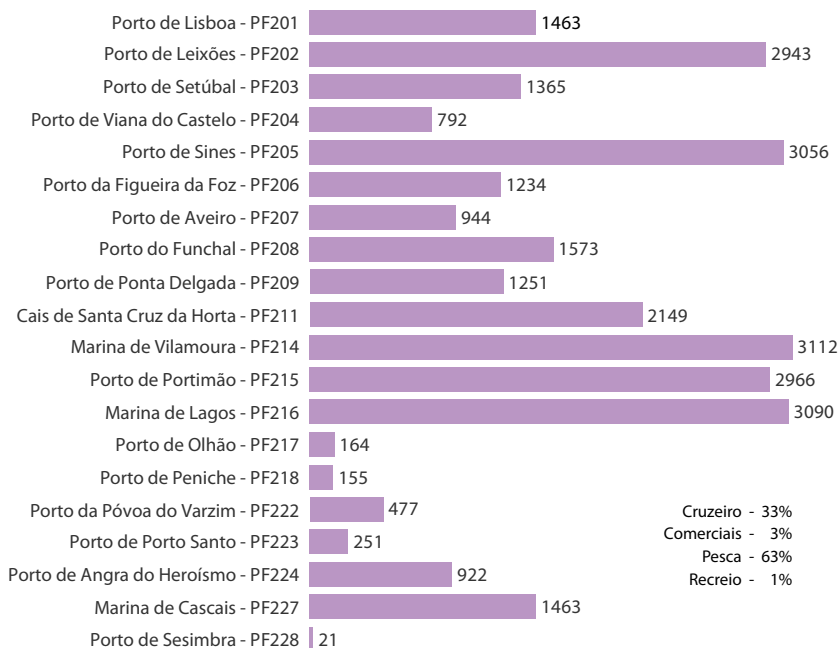
Também a nova geração do RAPID, a abertura das Lojas do Passaporte nos aeroportos de Lisboa e Porto, bem como a centralização no SEF de toda a cadeia de produção do PEP são determinantes para um controlo de fronteiras mais seguro, eficaz, célere e eficiente.

Assim, todos estes elementos permitem a geração de impactos significativos na qualidade e resultados operacionais, traduzidos numa maior eficácia no combate à imigração ilegal e criminalidade transfronteiriça. Estes resultados são expressos por um conjunto de indicadores quantitativos, tais como o número de cidadãos controlados, vistos concedidos nas fronteiras ou recusas de entrada, salientando-se em 2013, e face ao ano transato:

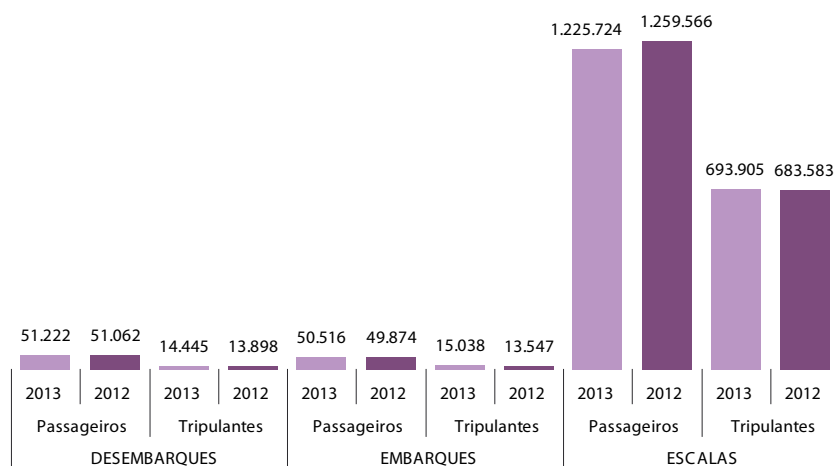
- Em termos globais foram controladas nas fronteiras 12.386.051 pessoas (+5.1%);
- O acréscimo do número de voos controlados (+7,6%), tendência verificada em termos de movimentos de entradas (+7,5%) e saídas (+7,8%);



- O aumento do número de passageiros controlados em fronteiras aéreas (+ 6,4%), totalizando 10.335.201 passageiros;
- O decréscimo do número de embarcações objeto de controlo em fronteiras marítimas (-9,8%), totalizando 29.391 embarcações. As embarcações de recreio (18.500) assumem a tipologia mais controlada, seguida dos navios comerciais (9.668) e dos cruzeiros (962);
- O diminuto decréscimo do número de pessoas controladas nas fronteiras marítimas (-1,0%), num total de 2.050.850, repartido por 1.327.348 passageiros (-2,4%) e por 711.028 tripulantes (+1,7%);



- O aumento do número vistos concedidos em postos de fronteira, em particular nos postos de fronteira aérea (+7,4%), totalizando 12.899;



- A diminuição do número de recusas de entrada em Portugal a estrangeiros que não reuniam as condições legalmente previstas para a sua admissão no País (-34,8%), ascendendo a 813, em consonância com a tendência verificada nos últimos anos, explicável por um conjunto de fatores concorrentes entre si: atuação junto dos países de origem (nomeadamente através da colocação de oficiais de ligação de imigração e da análise de risco migratório), utilização de documentação de segurança com elementos biométricos, combate à fraude documental, introdução de tecnologias de informação no controlo de fronteira, alteração das dinâmicas migratórias e impactos da política de regulação dos fluxos migratórios e de promoção da migração legal e combate à imigração ilegal;

- Os principais fundamentos da recusa de entrada em Portugal foram a ausência de motivos que justificassem a entrada (231), utilização de documento falso ou falsificado (182) e ausência de visto adequado ou visto caducado (152);
- A maioria das recusas de entrada em território nacional (804) ocorreu em postos de fronteira aérea (98,9%), evidenciando-se o posto de fronteira no Aeroporto de Lisboa com 732 recusas de entrada (90,0%), facto explicável por ser o principal destino nacional de ligações aéreas internacionais provenientes de países terceiros;
- Cerca de 36,8% das recusas de entrada incidiram sobre cidadãos nacionais do Brasil (299), sendo as restantes nacionalidades mais relevantes a angolana (78), senegalesa (72) e maliana (66), não tendo sido possível determinar a nacionalidade de 50 pessoas;
- Relativamente ao controlo de fronteira marítima importa ainda evidenciar outras ocorrências, nomeadamente a realização de 32 evacuações, deteção de 12 clandestinos a bordo de embarcações/navios, 6 ausências de bordo não justificadas/paradeiro desconhecido, detenção/arresto de 5 navios (ameaça à segurança das pessoas, navio ou meio marinho).

Em termos de relevância qualitativa, no que refere ao controlo documental e eletrónico (com recurso ao RAPID e PASSE), foram controlados 5.431.021 passageiros (+7,5% face a 2012), representando 46,6% do total (11.662.549). A expressividade do recurso ao RAPID e PASSE no controlo de fronteira aérea, ascendeu a 63,47%, em contraste com a natureza residual na fronteira marítima (0,44%) atenta a especificidade deste tipo de controlo (verificação prévia das listagens de passageiros e tripulantes). Por outro lado as principais nacionalidades controladas, documental e electronicamente, são a portuguesa e inglesa.

Do ponto de vista qualitativo, em 2013, é de salientar os seguintes aspetos:

- Reforço da operacionalidade do PASSE (*Processo Automático e Seguro de Saídas e Entradas*) no sentido de permitir a recolha e verificação de impressões digitais para adaptação ao VIS (*Visa Information System*) e acomodar necessidades decorrentes da implementação do APIS (*Advanced Passenger Information System*), contribuindo para o aumento da segurança no controlo de fronteiras, agilização dos processos de emissão de vistos e para a prevenção e combate a comportamentos abusivos, infrações e criminais. O sistema APIS foi implementado a 25 de junho permite ao SEF receber informação comunicada pelas transportadoras aéreas relativamente à identidade dos passageiros até 24 horas antes da chegada efetiva do voo e proceder à sua verificação e análise;
- Implementação da última geração do sistema RAPID (*Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente*) foi iniciada no Aeroporto de Lisboa (17 de julho), permitindo o aumento da segurança do procedimento de controlo documental e a possibilidade de utilização do cartão do cidadão português.

CONCEITOS

- Fronteiras externas: fronteiras entre Estados Terceiros e Estados signatários do Acordo de Schengen. No caso português, apenas se verifica a existência de fronteiras externas aéreas (nos aeroportos) e marítimas (portos marítimos);
- Controlo documental e electrónico: verificação das condições de entrada em território nacional / Schengen utilizando os sistemas PASSE, RAPID;
- RAPID (Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente): sistema de controlo automatizado de passageiros utilizando sistemas de reconhecimento biométrica e validação com o respectivo documento de identificação electrónico;
- PASSE (Processo Automático e Seguro de Saídas e Entradas): sistema de controlo de fronteiras, permitindo a validação dos sistemas de segurança existentes no documento de identificação e viagem e, em simultâneo, a consulta em tempo real às bases de dados nacionais de medidas cautelares, Schengen e Interpol;
- APIS (Advanced Passenger Information System): sistema de transmissão de informação pelas companhias aéreas previamente à chegada sobre passageiros, permitindo ao SEF o tratamento e análise da informação e otimizar os procedimentos de controlo de fronteira;
- VIS (Visa Information System): sistema de comunicação que liga as representações consulares dos Estados Schengen e postos de fronteira externos, permitindo a optimização e segurança na emissão de vistos e passagem na fronteira, utilizando elementos biométricos;
- Gestão integrada de fronteiras (IBM - Integrated Border Management Model): modelo conceptual que articula o controlo de fronteiras com a análise de risco e inteligência criminal incidentes na identificação e investigação de fluxos migratórios ilegais e de criminalidade transfronteiriça. Na sua operacionalização resulta a atuação em quatro níveis de controlo:
 - Oficiais de Ligação de Imigração (OLI) – atuação nas principais origens de fluxos migratórios (conselheiros para documentação e recolha de informação);
 - Cooperação Internacional (FRONTEX e centros de cooperação policial e alfandegária);
 - Controlo de fronteiras (verificação documental e vigilância de fronteiras, introdução de novas metodologias e equipamentos de apoio: ex. VIS, APIS, RAPID 2.ª geração);
 - Controlo de circulação de cidadãos de países terceiros em território nacional.
- Fundamentos de Recusa de Entrada:
 - Ausência de Documento de Viagem ou Doc. Caducado; Doc. Falso ou falsificado (Cod. 04); Utiliz. Doc. Alheio (Cod. 05); Ausência visto ou visto caducado (Cod. 06); Visto falso ou falsificado (Cod. 07); Ausência motivos que justifiquem entrada (Cod. 08); Ausência de meios de subsistência (Cod. 09); Indicações para efeitos de Não-Admissão no espaço Schengen (Cod. 10); Estrangeiros menores desacompanhados (Cod. 11); Cumprimento de Medida Cautelar (Cod. 15); Outros (Cod. 16).

4.

ASILO

Em termos de asilo e proteção internacional, em 2013 importa evidenciar a afirmação da tendência crescente do número de pedidos efectuados nos últimos, totalizando 507 pedidos no ano em apreço (acrécimo de 69,6%). O Estado Português reconheceu 15 estatutos de refugiado e concedeu 113 autorizações de residência por razões humanitárias.

Em termos qualitativos, destaque para a consolidação do Sistema Europeu Comum de Asilo e para uma tendência de utilização abusiva dos mecanismos de proteção internacional.

ASILO

O SEF é a entidade responsável pela decisão sobre aceitação de pedidos de protecção internacional, bem como pela instrução dos processos de concessão deste tipo de protecção e determinação do Estado responsável pela análise dos pedidos e transferência de candidatos.

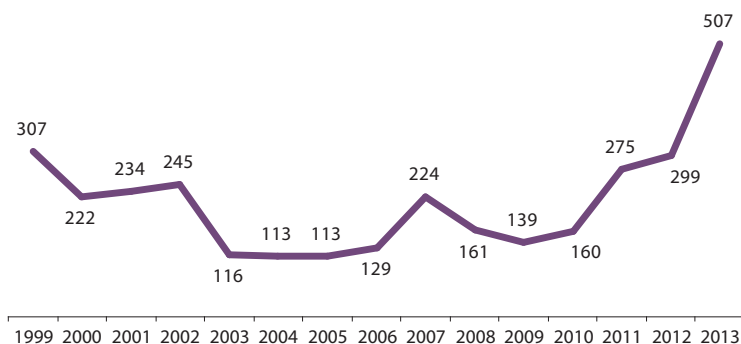
Os estatutos de protecção concedidos em Portugal assentam no acervo de instrumentos jurídicos da União Europeia que enquadram o Sistema Europeu Comum de Asilo (Diretivas Procedimento de Asilo, Condições de Acolhimento, Estatuto de Refugiado e Regulamentos de Dublin e Eurodac) e nacionais (Constituição da República Portuguesa, Lei de Asilo e Lei de Imigração).

O ano de 2013 ficou indelevelmente marcado pela consolidação do Sistema Europeu Comum de Asilo, mediante a consolidação dos instrumentos jurídicos relevantes neste domínio:

- A Diretiva “Procedimentos de asilo” visa garantir maior justiça, eficácia e qualidade na tomada de decisão de concessão de asilo (Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de protecção internacional);
- A Diretiva “Condições de acolhimento” estabelece normas que garantam melhores condições de acolhimento dos requerentes de protecção internacional (Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013);
- A Diretiva “Estatuto de refugiado” visa melhorar a qualidade do processo de decisão e garantir um tratamento justo e uniforme aos beneficiários de protecção internacional (Diretiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011);
- O Regulamento de Dublin procura promover a eficácia da protecção internacional no que refere à determinação do Estado Membro responsável pela análise de um pedido (Regulamento (UE) n.º 603/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013);
- O Regulamento Eurodac procura melhorar o sistema Eurodac (que funciona desde 2003) na transmissão de impressões digitais para comparação para efeitos da aplicação da Convenção de Dublin (Regulamento (UE) n.º 603/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013).

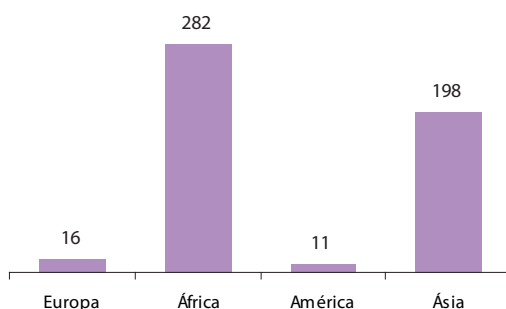
É pois neste quadro que o SEF desenvolve as suas competências em matéria de protecção internacional, salientando-se os principais resultados em 2013:

- Acréscimo do número de pedidos de protecção internacional face ao ano transacto (+69,6%), ascendendo a 507 pedidos;



- Afirma-se uma tendência crescente do número de pedidos efectuados nos últimos anos, com um crescimento exponencial desde 2010;

- Do total de pedidos, 113 foram formulados em território nacional (22,3%) e 394 em postos de fronteira (77,7%);
- Por género, 73,2% dos requerentes de protecção eram de sexo masculino;
- Em termos de nacionalidade relevam os 146 pedidos de asilo apresentados por cidadãos sírios (39,1%);
- Também são de assinalar os pedidos apresentados por cidadãos africanos (55,6%), com destaque para nacionais da Guiné Conacri (83), Nigéria (37), Senegal (36) e Mali (26);



- Foram reconhecidos 15 estatutos de refugiado a nacionais de países africanos, asiáticos e europeus e concedidas 113 autorizações de residência por razões humanitárias (95 em 2012), maioritariamente a nacionais de países africanos (68), do continente asiático (31), americano e europeu (7);
- Evidencia-se ainda a solicitação de 54 pedidos de asilo por menores desacompanhados, 52 originários de África (maioritariamente com idades compreendidas entre os 16 e 17 anos);
- No âmbito da aplicação do Regulamento de Dublin, Portugal realizou 24 pedidos a outros Estados Membros (tomada e retoma a cargo), tendo sido aceites 21, resultando em 9 transferências;
- Ainda neste contexto, Portugal recebeu 277 pedidos de outros Estados Membros, tendo aceite 251 e efectuado 92 transferências.

Neste sentido evidenciam-se os seguintes aspetos qualitativos conducentes aos resultados quantitativos enunciados:

- O elevado acréscimo do número de pedidos de asilo é explicado em boa parte pelo aumento do número de pedidos de nacionais da Síria (146 face a 22 no ano transato);
- A generalidade do fluxo sírio de requerentes de proteção internacional deslocou-se para Portugal através de voos provenientes de África, tendo após o pedido de asilo, abandonado o país para outros locais da União Europeia;
- Verificação de uma tendência de uma utilização abusiva dos mecanismos de proteção internacional (asilo e proteção subsidiária) de modo a permitir a entrada em países da União Europeia sem observar as regras de admissão (concessão de vistos e cumprimento dos requisitos de entrada). De facto têm sido detetados cidadãos de nacionalidades consideradas de risco migratório que viajam indocumentados ou com documentação fraudulenta e que solicitam proteção internacional (por vezes com associação de redes de auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas) de modo a contornar todo o processo de admissão (concessão de vistos, controlo de fronteira);
- O SEF conseguir reduzir os tempos de elaboração dos relatórios para apreciação da admissibilidade dos pedidos de asilo para 8 dias úteis, bem como os tempos de instrução de pedidos de renovação de autorização de residência por motivos humanitários para 16 dias úteis;

- No âmbito da Rede Europeia das Migrações, o SEF elaborou um estudo sobre a organização dos equipamentos de receção de requerentes de asilo em Portugal (centros de acolhimento), identificando-se como principais conclusões:
 - A relevância da atuação em parceria entre entidades públicas e privadas, em particular o SEF, Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia, ACIDI e Conselho Português para os Refugiados, sem prejuízo de outras entidades;
 - A adoção de uma abordagem humanista, digna e especializada no acolhimento, promovendo a prestação de serviços e a integração destas pessoas (apoio pecuniário, saúde, apoio psicológico, mobilidade, documentação e educação);
 - A verificação de uma tendência para o desajuste da capacidade de acolhimento face ao contínuo aumento dos pedidos de protecção internacional;
 - A oportunidade para uma melhor focalização nesta temática nos diversos níveis de acção (política, administrativa, académica e social) atento o aumento da relevância deste fenómeno em Portugal e a construção do Sistema Europeu Comum de Asilo.

CONCEITOS

- **Asilo:** Forma de proteção concedida por um Estado a uma pessoa que esteja impossibilitada de obter proteção no seu país de nacionalidade e/ou de residência, especialmente por receio de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou por convicções políticas;
- **Proteção Internacional:** Estatutos de refugiado e de proteção subsidiária;
- **Proteção Subsidiária:** Estatuto conferido a um nacional de país terceiro ou apátrida que não possa ser considerado refugiado, mas suscetível de correr um risco real de sofrer ofensa grave no âmbito dos regimes de asilo;
- **Proteção Temporária:** Procedimento excepcional que assegura proteção temporária imediata perante um afluxo massivo de pessoas deslocadas (de facto ou em iminência) que não possa ser respondido no âmbito do sistema de asilo;
- **Recolocação:** Transferência de pessoas com estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária;
- **Reinstalação:** Transferência de um país terceiro para um Estado Membro, a pedido do ACNUR, de modo a assegurar a proteção internacional de um nacional de país terceiro ou apátrida;
- **Estatuto de Refugiado:** Reconhecimento como refugiado de um nacional de país terceiro ou de um apátrida;
- **Estatuto de Proteção Subsidiária:** Reconhecimento como pessoa elegível para Proteção Subsidiária de um nacional de país terceiro ou apátrida;
- **Refugiado:** Pessoa com fundado receio de ser perseguida por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou filiação num determinado grupo social, se encontre fora do seu país de nacionalidade e não possa, em virtude daquele receio, regressar;
- **Centro de Acolhimento:** Local utilizado para acomodação de requerentes de asilo;
- **EURODAC:** Sistema informático que permite a recolha, transmissão e comparação de impressões digitais para apoiar a determinação da responsabilidade de análise de pedidos de asilo, em conformidade com o Regulamento de Dublin;
- **Requerente de Asilo:** Nacional de país terceiro ou apátrida que tenha formulado um pedido de asilo, relativamente ao qual ainda não tenha sido tomada uma decisão final;
- **Sistema Europeu Comum de Asilo:** Sistema que estabelece um procedimento comum de asilo e um estatuto uniforme para a concessão de asilo ou proteção subsidiária na UE, bem como o reforço da cooperação prática entre administrações nacionais de asilo e a dimensão externa do asilo.

5.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A dimensão internacional de atuação do SEF evidencia-se pela participação nos diversos grupos e comités da União Europeia, salientando-se como principais aspetos as ações empreendidas no âmbito da Task Force para o Mediterrâneo, segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (SIS II), Acordo de Readmissão entre a União Europeia e a Federação da Rússia, a Política de Planeamento e o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e a consolidação do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA).

Por outro lado, é de assinalar a participação em treze operações de controlo das fronteiras externas da União, sob coordenação da FRONTEX, bem como o destacamento de peritos do SEF no âmbito das ações do Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo (EASO), e os trabalhos de recolha e partilha de informação sobre migrações e asilo no âmbito da Rede Europeia das Migrações (REM).

Não poderá ser negligenciada a ação promovida em diversos níveis no domínio da cooperação bilateral e multilateral fora do contexto europeu, bem como a nova fase de destacamento de Oficiais de Ligação de Imigração (OLI) nos principais países de origem de fluxos migratórios para Portugal.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

POLÍTICA COMUM DE IMIGRAÇÃO E ASILO

Em 2013, a nível da UE tiveram particular relevo os seguintes aspetos que imprimiram ao SEF um acompanhamento:

- Criação da Task Force para o Mediterrâneo (TFM) na sequência da tragédia de Lampedusa³, que numa atuação concertada dos Estados Membros baseada na proteção, solidariedade e partilha da responsabilidade, privilegia cinco domínios de ação para a prevenção de incidentes similares (1. Cooperação com os países terceiros; 2. Programas de proteção regional, reinstalação e reforço das vias legais para entrada na Europa; 3. Luta contra o tráfico de seres humanos e a criminalidade organizada; 4. Reforço da vigilância das fronteiras; 5. Assistência e solidariedade com os EM que se confrontam com uma forte pressão migratória). O SEF tem participado nas reuniões desta Task Force, sendo que a imigração ilegal no Mediterrâneo e o mandato da TFM serão prioridades da Presidência Grega do Conselho Europeu;
- Em 9 de abril de 2013 foi operacionalizada a segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (SIS II), o qual promove a facilidade e segurança na livre circulação de pessoas na zona Schengen. De salientar o contributo decisivo do SEF para que Portugal fosse o primeiro Estado Membro da iniciar a utilização do SIS II, tendo também sido a entidade responsável pela operacionalização da campanha de informação sobre o novo sistema;
- Conclusão do processo de aprovação do Protocolo de Aplicação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia relativo à aplicação do Acordo de Readmissão entre a Comunidade Europeia e a Federação da Rússia, de 25 de maio de 2006, assinado em Moscovo em 8 de fevereiro de 2013. O referido Protocolo foi aprovado pelo Decreto n.º 28/2013, de 8 de agosto;
- Acompanhamento do processo de avaliação da transposição da Diretiva Retorno (Comité da Diretiva de Retorno - *Contact Committee Return Directive*);
- Apoio à preparação da disponibilização em língua portuguesa do Portal da Imigração da UE (<http://ec.europa.eu/immigration/>) (disponível em inglês, francês, árabe e castelhano);
- Definição dos Planos de Ação Operacional (OAPs) do Ciclo Político da UE 2014-2017 em matéria de luta contra a criminalidade grave e organizada, tendo sido estabelecidas nove prioridades estratégicas, relevando para o SEF a Imigração Ilegal (A) e Tráfico de Seres Humanos (B);
- Alinhamento da Política de Planeamento e o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, em particular a construção do Programa Nacional referente aos Fundos para a Segurança e Interna (ISF) e Asilo e Migração (FAM), bem como a perspetiva de reforço da coordenação interagências (redução da duplicação de esforços e utilização de recursos);
- Desenvolvimentos da área de Justiça e Assuntos Internos versando o pós-Programa de Estocolmo, transversais em todos os grupos de trabalho UE incidentes nas migrações e asilo.

Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA)

No âmbito deste Comité, em 2013 foram privilegiadas as seguintes temáticas:

- Consolidação do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA);
- Atualização do Plano da UE em matéria de Pressões Migratórias;
- Proposta de Diretiva relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação, de estudos, de intercâmbio de estudantes, de formação remunerada, de voluntariado e de colocação *Au Pair*;

3 - Naufrágio de embarcação ao largo daquela ilha italiana a 3 de outubro de 2013, que provocou a morte a mais de 360 migrantes.

- Discussão do Pacote Fronteiras Inteligentes (Propostas de Regulamentos referentes ao Sistema de Entrada/Saída e Programa de Viajantes Registrados);
- 4.º Relatório Anual sobre Imigração e Asilo (2012);
- Questão Síria – proteção de refugiados.

De salientar ainda as discussões centradas nos Acordos de Readmissão e Facilitação de Vistos, desenvolvimentos da jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, bem como na definição do Plano Estratégico Plurianual sobre Imigração Ilegal.

Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM)

O acompanhamento da implementação da Abordagem Global para a Migração e Mobilidade (AGMM) constituiu a prioridade no ano de 2013. Assim, privilegiou-se o diálogo político e operacional sobre migrações no quadro regional (Processo de Rabat, Processo de Praga, Parceria Oriental, Parceria Europa – África de Migração, Mobilidade e Emprego, Processo de Budapeste, Diálogo com CELAC e ACP) e com países com os quais existe um quadro estruturado de diálogo (Estados Unidos da América e Federação Russa). Por outro lado, foi iniciado o debate sobre o modelo de diálogo e arquitetura de implementação com a Índia e a China.

No GANAM tem sido também acompanhada a situação político-militar na Síria, em particular no que refere aos impactos em matéria de proteção internacional (refugiados nos países vizinhos e deslocados internos).

Participação noutros Comitês e Grupos de Trabalho UE

No contexto da construção da política comum de imigração e asilo, os peritos do SEF representam e defendem as posições nacionais no quadro da discussão técnica e pericial no âmbito dos diferentes Grupos de Trabalho e Comitês da União Europeia.

Grupos de Trabalho/Comitês	Principais desenvolvimentos / notas de destaque
Comité Imigração e Asilo	Em 2013 prosseguiram os trabalhos de revisão das diretivas relativas às condições de admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de estudo, de intercâmbio de estudantes, de formação não remunerada ou de voluntariado (2004/114/CE) e de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação científica (2005/71/CE). Prosseguem os trabalhos de negociação, incluindo propostas de melhoria dos procedimentos e adição de novas categorias (estagiários remunerados e “au pairs”).
Grupo de Trabalho Asilo	No ano em apreço procedeu-se à conclusão da segunda revisão do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), tendo sido aprovadas em 2013 duas diretivas (procedimentos e acolhimento) e dois regulamentos (Eurodac e Dublin). De salientar a pertinência do reforço da dimensão externa, em especial no que refere às parcerias para a mobilidade e programas regionais de proteção internacional, bem como o desenvolvimento da partilha de informação sobre as necessidades e evoluções neste domínio.
Grupo de Trabalho Fronteiras	O Pacote das Fronteiras Inteligentes (<i>Smart Borders Package</i>) foi apresentado pela Comissão Europeia no Conselho Justiça e Assuntos Internos (março) englobando três propostas legislativas: <ul style="list-style-type: none"> • Proposta de Regulamento que estabelece o Sistema de Entrada/Saída (EES) para registo dos dados das entradas e saídas dos nacionais de países terceiros aquando da passagem das fronteiras externas dos EM da UE; • Proposta de Regulamento que estabelece o Programa de Viajantes Registrados (RTP); • Proposta de Regulamento que altera o Código de Fronteiras Schengen no que respeita à futura utilização EES e RTP. As presentes propostas têm como primordial aproveitar as potencialidades das novas tecnologias para fazer face aos desafios que se colocam hoje ao controlo de fronteiras, nomeadamente o aumento significativo do número de pessoas que transitam nas fronteiras externas da UE, quer em termos securitários quer em termos de facilitação da mobilidade de passageiros de boa-fé.

Grupo de Trabalho Vistos ⁴	No âmbito deste grupo de trabalho, realce para os contributos do SEF no apoio ao MNE para reforço da reciprocidade, a entrada em pleno funcionamento do VIS, bem como na valoração do contributo da política de vistos para a recuperação económica.
Grupo de Trabalho FREEMO	No âmbito da promoção da livre circulação dos cidadãos da UE, e de modo a combater eficazmente os abusos, destaque para a participação do SEF para a implementação do manual contra os casamentos por conveniência.
Grupo de Trabalho Documentos Falsos	Acompanhamento do projeto de longo prazo “Fraude de identidade”, relacionado com o Projeto FIDELITY, bem como do Projeto sobre o Bilhete de Identidade Europeu (European ID card). Foi reconhecida a necessidade de identificar normas mínimas de segurança relativas ao registo, fraude e processos, a serem observadas pelos Estados Membros. Por outro lado, para a prevenção e combate à fraude documental foi equacionada a implementação da Rede de Conselheiros Documentais.
Comité dos documentos de viagem ⁵	Procedeu-se à conclusão da atualização das listas de documentos de viagem emitidos por países terceiros, documentos de viagem emitidos por organizações internacionais e documentos de viagem emitidos pelos Estados Membros ou Estados parte em Schengen.
Comité do Artigo 6.º ⁶	Em 2013, no âmbito deste comité, é de realçar os desenvolvimentos para a nova vinheta de visto uniforme e o novo modelo uniforme de título de residência para nacionais de países terceiros, bem como a implementação do SPOC – <i>single point of contact</i> .
Comité Pontos de Contacto Integração	Participação do SEF neste Comité onde se promove uma reflexão e discussão sobre as prioridades estratégicas e práticas dos Estados ao nível da integração dos migrantes.

Abordagem Global para a Migração e Mobilidade

No âmbito da Abordagem Global para a Migração e Mobilidade assume-se como fundamental o aprofundamento e alargamento das Parcerias para a Mobilidade, bem como a priorização da consolidação dos acordos de readmissão celebrados e o estabelecimento de canais entre a migração e o desenvolvimento. Em 2013 evidenciam-se as Parcerias para a Mobilidade entre a União Europeia com Cabo Verde e com Marrocos, para as quais o SEF tem contribuído decisivamente para o seu desenvolvimento.

Parceria para a Mobilidade

UE-Cabo Verde	<p><i>“Reforço das Capacidades de Cabo Verde na Gestão das Migrações”</i> - Projeto liderado pelo SEF (em colaboração com França, Holanda Luxemburgo) abrangendo as áreas de retorno e reintegração, combate à imigração ilegal e recolha de dados estatísticos, tendo sido concluído o terceiro ano de implementação, antevendo-se a finalização do projeto em dezembro de 2014; <i>Acordo de cooperação entre Portugal e Cabo Verde em matéria de Migração Laboral</i>, celebrado em 18 dezembro 2013 em Cabo Verde.</p> <p>Reuniões entre representantes das entidades governamentais com competências nas matérias de migrações, emprego, justiça, integração, saúde, emprego e segurança social (preparação da 3ª reunião da Subcomissão mista para as Migrações Portugal-Cabo Verde, que terá lugar na Praia em 2014);</p> <p>Assinatura do Acordo para a Readmissão de cidadãos em situação irregular entre a UE e Cabo Verde (Bruxelas, 18 de abril de 2013).</p>
UE-Marrocos	<p>Para a Parceria com Marrocos (Declaração Política assinada em 2013) relevam o MAI/SEF, MESS e o ACIDI. O contributo do SEF incidirá nas vertentes de apoio à capacitação institucional e assistência técnica nas vertentes de combate à imigração ilegal e tráfico de seres humanos, proteção internacional, migração legal e integração e respeito pelos direitos dos migrantes, através da intervenção tecnológica (documentação de viagem, tratamento de informações e de sistemas de controlo de fronteiras), disponibilização de peritos e <i>expertise</i> operacional e tecnológica (software/aplicações informáticas).</p>

4 - A delegação nacional é coordenada pelo MNE.

5 - Criado pela Decisão nº. 1105/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho.

6 - O grupo técnico português é presidido pelo MNE, sendo que o SEF presta relevantes contributos no que refere à segurança eletrónica dos documentos.

Por outro lado, salienta-se a participação de peritos do SEF em reuniões de âmbito político e técnico e no acompanhamento dos trabalhos dos seguintes diálogos regionais⁷:

Âmbito	Desenvolvimentos
Processo de Rabat	Através do SEF, Portugal retomou a participação ativa nos trabalhos do Processo de Rabat, tendo manifestado disponibilidade para reintegrar o Comité Diretor do Processo. De salientar a participação nas reuniões tendentes à implementação da “Estratégia de Dacar para 2012-2014” (adotada em 2011 na III Conferência Ministerial Euro-Africana sobre Migração e Desenvolvimento).
Parceria Estratégica UE-África sobre Migração, Mobilidade e Emprego	Acompanhamento da preparação do Terceiro Plano de Ação para o quadriénio 2014-2017, a ser adotado na III Cimeira UE-África (abril 2014).
Diálogo sobre Migrações UE-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)	Participação na VIII reunião de alto nível U.E.-CELAC sobre Migrações (novembro 2013), em que o SEF apresentou práticas e projetos no âmbito da integração de migrantes.
Parceria Euro Mediterrânica / União para o Mediterrâneo (UPM)	Participação do SEF (ponto de contacto nacional) na Conferência regional anual do projeto <i>EuroMed Migrações III</i> (julho 2013).
Processo de Budapeste	Na sequência da adoção da Declaração para a Parceria migratória na Região das Rotas da Seda (Conferência Ministerial do Processo de Budapeste, realizada em Istambul, com a representação nacional a cargo do Secretário de Estado da Administração Interna), o SEF manifestou interesse em desenvolver projetos nos domínios da gestão de fronteiras e das migrações.

Evidencia-se ainda a continuação das negociações dos protocolos Bilaterais de Aplicação dos Acordos de Readmissão celebrados entre a UE e a Albânia, Sérvia, Geórgia e Moldávia. De salientar a já referida celebração do acordo para a Readmissão de cidadãos em situação irregular entre a UE e Cabo Verde.

Por outro lado, o SEF tem acompanhado os processos de negociação de Parcerias para a Mobilidade entre a União Europeia e a Tunísia, Marrocos e o Azerbaijão.

Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX)

A participação ativa do SEF nas atividades da Agência Europeia FRONTEX é patente na participação em treze operações de controlo das fronteiras externas da União, sob coordenação desta agência.

Operação FRONTEX	
Focal Points Air 2013	Poseidon Sea 2013
JO Mizar 2013	Focal Points Sea 2013
JO Lusitania 2013	Indalo 2013
Hermes 2012 – Extensão da Operação de 2012	Aeneas 2013
Hermes 2013	Minerva 2013
Common Airborne Patrols – EPN 2013	Poseidon Land 2013
Focal Points Land 2013	

7 - Os peritos do SEF participaram também como oradores nos seguintes eventos relativos à Abordagem Global das Migrações e Mobilidade: Reunião de Alto Nível UE-CELAC; Conferência Conjunta sobre Parcerias para a Mobilidade (Bruxelas, novembro); Reunião Temática sobre a Gestão das Fronteiras – Processo de Rabat (Madrid, novembro); 3ª Reunião do Painel Migração e Asilo da Parceria Oriental (São Petersburgo, julho).

O SEF participou ainda em *Joint return operations*, as quais configuram a execução de voos conjuntos empreendidos por diversos Estados Membros no sentido de proceder ao afastamento de cidadãos estrangeiros. De referir, igualmente, a presença de peritos do SEF no *Frontex Situation Centre* (enquanto analista convidado) e no *EPN Reporting Staff Exchange Program*.

Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo (EASO)

No âmbito do Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo (EASO) é de salientar o destacamento de peritos do SEF, em três ações, enquadradas no Plano Operacional de apoio à Bulgária para reforço da capacidade deste país face ao elevado aumento do número de pedidos de asilo registado em 2013. Por outro lado, importa evidenciar a participação em reuniões dos diversos grupos de trabalho EASO (Recolocação, Reinstalação, Qualidade do procedimento de asilo, Informação sobre países de origem, estatística, Menores não acompanhados) e os desenvolvimentos no âmbito da formação (formação de formadores em diversas áreas que integram o Curriculum Europeu Comum de Asilo; a Atualização de módulos de formação EASO).

Rede Europeia das Migrações

No contexto da Rede Europeia das Migrações, da qual o SEF é o Ponto de Contacto Nacional, realce para a incidência temática na atração de altamente qualificados e na identificação de boas práticas em matéria de receção e acolhimento de requerentes de proteção internacional.

Por outro lado, considerando a tendência internacional e concorrencial na atração de imigrantes que potenciou o crescimento e desenvolvimento económicos bem como o desenvolvimento social e cultural dos países de acolhimento, a REM e a Presidência Lituana promoveram a Conferência Anual versada na Agenda para o Crescimento na União Europeia e o papel das Migrações. O SEF participou na referida Conferência, sendo de evidenciar como principais conclusões/temas de reflexão o paradoxo entre o mercado de trabalho e desemprego; a necessidade de criar sinergias entre emprego, crescimento e migração; potenciar a utilização das qualificações existentes; desenvolver medidas de atração de migrantes em função das qualificações necessárias; promover a educação para os benefícios das migrações; desenvolver a investigação e avaliação de políticas; atender a que a gestão eficaz das migrações constitui um dos principais desafios para a economia da União Europeia.

No âmbito da REM foram ainda iniciados os trabalhos preparatórios para a avaliação do Programa de Estocolmo, o qual findou em 2013.

Em 2013, o SEF promoveu a realização da 6ª Conferência da Rede Nacional das Migrações (Lisboa, dezembro) sobre o tema *Atração do Investimento Estrangeiro e Imigração*. Nesta Conferência participaram peritos em diversos domínios, membros da Rede Nacional das Migrações, investigadores, entre outros, tendo sido abordadas as dimensões fiscais, diplomacia económica, política de vistos e o regime das autorizações de residência para atividade de investimento ARI/Golden Visa.

Outros desenvolvimentos no quadro da União Europeia

No domínio da cooperação policial, o SEF participou em diversos instrumentos criados no âmbito da União Europeia, para além das vertentes específicas da imigração, fronteiras e asilo (Frontex, EASO e REM).

Neste âmbito importa evidenciar a participação do SEF na 4.ª Conferência sobre CCPA (Bruxelas, outubro), organizada pela Comissão Europeia e Presidência Lituana, relevando a necessidade de melhorar a utilização da plataforma CCPA na Plataforma Europol para Peritos (EPE), bem como do desenvolvimento de novas iniciativas para aperfeiçoar o intercâmbio de conhecimentos e de melhores práticas.

Por outro lado, o SEF participou na discussão sobre o novo Regulamento da Europol (reunião de coordenação interministerial realizada na Direção Geral dos Assuntos Europeus do MNE; contributos posteriores), bem como apoio decisivamente a operacionalização do Eurosur (*European Border Surveillance System*).

Importa salientar que o SEF, enquanto ponto de contacto nacional, passou a integrar o Core Group na rede AIRPOL – rede de cooperação permanente e multidisciplinar dos serviços de polícia, fronteira e outros relevantes no âmbito da segurança dos aeroportos, fronteiras e aviação. O SEF participou, também, na conferência AIRPOL (Bruxelas, maio), da qual se salienta a futura elaboração pela Airpol de um Manual de Boas Práticas. As orientações estratégicas para o futuro da rede AIRPOL incidem, também, na criação de um manual sobre os *soft targets*, capacitação de países terceiros e o *common border action*.

Cooperação bilateral e multilateral fora do contexto europeu

No contexto da cooperação fora do contexto europeu, evidencia-se a participação do SEF nos domínios da imigração, fronteiras e asilo, em diversas organizações supra nacionais, bem como a nível bilateral e multilateral.

No âmbito da Organização das Nações Unidas, é de salientar o contributo do SEF para a resposta nacional ao Exame sobre o 5º e 6º Relatório nacional perante Comité das Nações Unidas Contra a Tortura (CAT). De salientar ainda que o SEF participou nas atividades desenvolvidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, designadamente em ações de formação e consultas anuais tripartidas em matéria de reinstalação de refugiados.

No quadro do Conselho da Europa importa salientar a contribuição do SEF para a resposta nacional no âmbito da avaliação da implementação Convenção para a Proteção das Crianças Contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Convenção de Lanzarote). Por outro lado, o SEF acompanhou a visita do Comité do Conselho da Europa contra a Tortura, salientando-se que o relatório não evidencia qualquer registo de maus tratos por elementos do SEF.

Integrado nas atividades da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o SEF acolheu uma reunião versada nas “Novas Tecnologias ao Serviço da Segurança e Gestão das Fronteiras” (grupo de trabalho com elementos provenientes sobretudo de países da Europa de Leste).

Na XXVI Cimeira Luso-Espanhola (Madrid) foi evidenciado o reforço da cooperação entre as forças e serviços de segurança de ambos os países na luta contra o terrorismo e criminalidade no âmbito da imigração e do controlo de fronteiras, nomeadamente a luta contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos. Foram igualmente reconhecidos os resultados positivos alcançados nos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira. Importa evidenciar que, no contexto da criação de uma Escola ibero-americana de Polícia, o SEF participou na elaboração da Proposta de Regulamento de organização e funcionamento da mesma. Em termos de eventos, evidencia-se a realização de uma reunião bilateral em Évora entre o SEF e da Comisaría General de Extranjería y Fronteras e um seminário sobre documentação de segurança destinado aos elementos dos CCPA.

No âmbito do *Programa Visa Waiver* – isenção de vistos para viajar para os Estados Unidos da América –, o SEF acolheu uma delegação presidida pelo Cônsul dos EUA com vista à revisão do respetivo impacto em Portugal. Esta visita teve a duração de dois dias visando a recolha de informação referente à gestão integrada de fronteiras, controlo de fronteiras e imigração, RAPID, tráfico de seres humanos, nacionalidade e asilo.

O SEF acolheu em outubro a primeira reunião de Diretores de Serviços de Migração e Fronteiras, no âmbito do grupo G4 (novo grupo de cooperação entre países Portugal, Espanha, França e Marrocos), criado na sequência dos compromissos da reunião quadripartida de Ministros do Interior (Rabat, abril). De salientar que o SEF avançou uma proposta de definição de Plano de Ação e *feuille de route* para estruturação dos desenvolvimentos deste grupo, tendo ainda promovido um seminário técnico sobre “Fraude documental – Tendências” (outubro).

No contexto do Programa MIEUX 2 (Migration EU Expertise), o SEF deu continuidade, no ano em apreço, à ação de assistência técnica à Costa do Marfim (projeto iniciado em 2012).

No domínio do Technical Assistance and Information Exchange (TAIEX) – aproximação e implementação da legislação da UE por parte dos países da vizinhança –, o SEF participou em duas missões de assistência técnica disponibilizando peritos nas áreas de combate à imigração irregular por via marítima e fraude documental. Foram beneficiárias destas ações as autoridades da Turquia e da Bósnia e Herzegovina.

Em 2013 foi concluído o projeto comunitário “Capacitação da gestão de fronteira – uma abordagem transfronteiriça para combate à migração irregular e implementação de um sistema de gestão migratória ao longo da fronteira da Tanzânia com Moçambique, Malawi e Zâmbia”, resultante de parceria entre o SEF e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Durante a sua implementação foi instalado o sistema PASSE em quatro postos de fronteira dos países beneficiários, destacando-se o aeroporto de Pemba, o segundo maior de Moçambique.

Foi igualmente concluído em 2013 o projeto de apoio à capacitação formativa e analítica em gestão migratória com a Moldávia e a Geórgia (GovAC), liderado pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD), tendo contado com uma efetiva colaboração do SEF na partilha da experiência portuguesa no contexto da gestão das migrações, imigração ilegal e controlo de fronteiras.

O Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD)⁸, com a participação portuguesa através do SEF, iniciou em 2013 dois projetos nas áreas das Migrações Transfronteiriças (com o Brasil) e quanto ao procedimento de regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular (Diretiva Retorno).

Cooperação com países da CPLP

O SEF tem garantido a participação nas reuniões e fora realizados no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, designadamente no III Fórum dos Ministros MAI (Maputo, abril) e na IX Reunião dos Chefes de Polícia (São Tomé e Príncipe, setembro).

Dando continuidade à participação do SEF no Programa de Cooperação Técnico-Policial (MAI-CICL), cumpre salientar as seguintes ações:

- Atualização do sistema PASSE de Cabo Verde nos aeroportos e portos marítimos da Praia (Ilha de Santiago) e do Mindelo (Ilha de São Vicente) - assessoria e formação aos técnicos da Direção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF) para assegurarem a instalação e procedimentos nas ilhas do Sal e da Boavista;
- Atualização do sistema PASSE em São Tomé e Príncipe, permitindo, a partir de setembro, a realização de consultas às bases de dados do Serviço de Migração e Fronteiras (SMF). Foi também assegurado o apoio técnico na compatibilização entre os programas existentes com os novos quiosques do SMF para a emissão do passaporte;
- Prestação de assessorias ao Ministério do Interior e Direção Nacional de Migração, no âmbito do projeto de apoio institucional ao Ministério do Interior de Moçambique, incidentes nas áreas da Formação, Recursos Humanos, Auditoria Interna, Gestão Financeira e Gestão de Sistemas de Informação.

Em termos de cooperação bilateral, salienta-se ao nível político a celebração e implementação do Mecanismo de Agilização dos Procedimentos de Controlo de Fronteira entre o SEF e o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) de Angola.

Por outro lado, o SEF em parceria com a INCM, prestou assessoria técnica na elaboração de um novo modelo de vinheta para concessão de visto na fronteira a ser utilizada pelo Serviço de Migração e Fronteiras de São Tomé e Príncipe (SMF).

O SEF acolheu também delegações de países da CPLP

País	Tipo de delegação	Temática
Angola	Estágio de elementos do Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola (SME)	Controlo de fronteira aérea, asilo e refugiados, sistemas informáticos e análise documental
	Estágio de elementos Empresa Nacional de exploração de Aeroportos e Navegação aérea (ENANA)	Gestão aeroportuária (instalações da ANA – Aeroportos de Portugal)
Moçambique	Delegação do Ministério do Interior	Análise do projeto de Protocolo de Facilitação de Vistos (idêntico ao celebrado entre Portugal e Angola); Negociação do Protocolo Bilateral de Cooperação.
Timor Leste	Delegação de autoridades timorenses	Conhecimento das entidades envolvidas na criação do passaporte eletrónico e do sistema de concessão, emissão e produção deste documento de viagem.

8 - Foi celebrado em novembro um Protocolo de cooperação bilateral entre o SEF e o ICMPD, por ocasião do 20.º aniversário desta organização, no sentido de reforçar a cooperação já existente entre as duas Partes e alargar o âmbito dessa colaboração de uma forma precisa e oportuna. De salientar que o SEF participa nas reuniões do Grupo Diretor da organização e igualmente em projetos/parcerias e atividades promovidas pelo ICMPD na área das migrações e fronteiras.

Oficiais de Ligação de Imigração

Em 2013 deu-se início a uma nova fase de destacamento de Oficiais de Ligação de Imigração (OLI) nos principais países de origem de fluxos migratórios, em particular no Brasil, Cabo Verde, Senegal, Angola, Guiné-Bissau e Rússia.

As colocações dos OLI de Cabo Verde e da Guiné Bissau desenvolvem-se no âmbito do financiamento do Fundo de Fronteiras Externas (ações comunitárias), em colaboração com os projetos de parceria com o Ministério do Interior de França e a Comisaría General de Extranjería y Fronteras de Espanha).

De salientar que a atuação dos OLI contribui decisivamente para o reforço do diálogo e cooperação com as entidades nacionais e locais dos respetivos países, nomeadamente no combate à imigração ilegal, regulação dos fluxos migratórios, acompanhamento do processo de emissão de vistos e retorno, bem como o auxílio à investigação criminal em razão da criminalidade transnacional organizada relacionada com as migrações.

6.

ANEXOS ESTATÍSTICOS

Evolução da População Residente

ANO	Títulos de Residência	Concessão e Prorrogação de AP's	Prorrogação de VLD's	TOTAL	VARIAÇÃO %
1980	50.750			50.750	
1981	54.414			54.414	7,22%
1982	58.667			58.667	7,82%
1983	67.485			67.485	15,03%
1984	73.365			73.365	8,71%
1985	79.594			79.594	8,49%
1986	86.982			86.982	9,28%
1987	89.778			89.778	3,21%
1988	94.694			94.694	5,48%
1989	101.011			101.011	6,67%
1990	107.767			107.767	6,69%
1991	113.978			113.978	5,76%
1992	123.612			123.612	8,45%
1993	136.932			136.932	10,78%
1994	157.073			157.073	14,71%
1995	168.316			168.316	7,16%
1996	172.912			172.912	2,73%
1997	175.263			175.263	1,36%
1998	178.137			178.137	1,64%
1999	191.143			191.143	7,30%
2000	207.587			207.587	8,60%
2001	223.997	126.901		350.898	69,04%
2002	238.929	174.558		413.487	17,84%
2003	249.995	183.655		433.650	4,88%
2004	263.322	183.833		447.155	3,11%
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7,27%
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1,33%
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3,70%
2008	436.020		4.257	440.277	1,04%
2009	451.742		2.449	454.191	3,16%
2010	443.055		2.207	445.262	-1,97%
2011	434.708		2.114	436.822	-1,90%
2012	414.610		2.432	417.042	-4,53%
2013	398.268		3.052	401.320	-3,77%

População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género

NACIONALIDADE / TOTAL	Stock				Fluxos			
	TOTAL	Homens	Mulheres	%	TOTAL	Homens	Mulheres	%
	401.320	195.544	205.776		33.246	16.614	16.632	
Afeganistão	31	18	13	0,01%	5	3	2	0,02%
África do Sul	560	233	327	0,14%	39	22	17	0,12%
Albânia	33	16	17	0,01%	3	1	2	0,01%
Alemanha	8.581	4.372	4.209	2,14%	761	392	369	2,29%
Andorra	2	2		0,00%	1		1	0,00%
Angola	20.177	9.417	10.760	5,03%	1.477	729	748	4,44%
Antígua e Barbuda	2	2		0,00%				
Apátrida	14	9	5	0,00%				
Arábia Saudita	18	12	6	0,00%	2	2		0,01%
Argélia	288	169	119	0,07%	39	15	24	0,12%
Argentina	462	233	229	0,12%	31	15	16	0,09%
Arménia	81	40	41	0,02%	14	8	6	0,04%
Austrália	252	123	129	0,06%	34	16	18	0,10%
Áustria	537	283	254	0,13%	70	34	36	0,21%
Azerbaijão	34	18	16	0,01%	8	5	3	0,02%
Bahrein	1	1		0,00%	1	1		0,00%
Bangladesh	1.733	1.440	293	0,43%	518	469	49	1,56%
Barbados	3		3	0,00%				
Bélgica	1.881	988	893	0,47%	279	152	127	0,84%
Belize	8	3	5	0,00%	3	1	2	0,01%
Benin	14	12	2	0,00%				
Bermudas	3	2	1	0,00%	1		1	0,00%
Bielorrússia	744	279	465	0,19%	42	10	32	0,13%
Bolívia	116	29	87	0,03%	9	4	5	0,03%
Bósnia e Herzegovina	56	17	39	0,01%	2	1	1	0,01%
Botswana	6	3	3	0,00%	1		1	0,00%
Brasil	92.120	36.515	55.605	22,95%	6.680	2.626	4.054	20,09%
Brunei	1		1	0,00%				
Bulgária	7.553	3.967	3.586	1,88%	839	385	454	2,52%
Burkina Faso	11	8	3	0,00%	2	2		0,01%
Burundi	5	4	1	0,00%				
Cabo Verde	42.401	19.948	22.453	10,57%	2.738	1.340	1.398	8,24%
Camarões	108	71	37	0,03%	21	16	5	0,06%
Cambodja	12	5	7	0,00%	2	1	1	0,01%
Canadá	732	406	326	0,18%	59	34	25	0,18%
Cazaquistão	623	278	345	0,16%	28	10	18	0,08%
Chade	2	1	1	0,00%				
Chile	173	80	93	0,04%	14	3	11	0,04%

População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género

NACIONALIDADE / TOTAL	Stock				Fluxos			
	TOTAL	Homens	Mulheres	%	TOTAL	Homens	Mulheres	%
	401.320	195.544	205.776		33.246	16.614	16.632	
China	18.637	9.646	8.991	4,64%	1.863	959	904	5,60%
Chipre	13	5	8	0,00%	3	1	2	0,01%
Colômbia	866	325	541	0,22%	80	39	41	0,24%
Comores	1	1		0,00%	1	1		0,00%
Congo	83	25	58	0,02%	10	4	6	0,03%
Congo (Rep. Democrática)	243	127	116	0,06%	20	8	12	0,06%
Cook (Ilhas)	1	1		0,00%				
Coreia do Norte	1		1	0,00%	1		1	0,00%
Coreia do Sul	156	61	95	0,04%	36	19	17	0,11%
Costa do Marfim	117	83	34	0,03%	14	10	4	0,04%
Costa Rica	53	21	32	0,01%	4		4	0,01%
Croácia	101	40	61	0,03%	29	11	18	0,09%
Cuba	841	381	460	0,21%	73	28	45	0,22%
Desconhecido	19	12	7	0,00%	1	1		0,00%
Dinamarca	515	286	229	0,13%	59	31	28	0,18%
Djibuti	1		1	0,00%				
Dominica	8	3	5	0,00%				
Egipto	321	233	88	0,08%	56	38	18	0,17%
El Salvador	34	17	17	0,01%	2	2		0,01%
Emiratos Árabes Unidos	2	2		0,00%				
Equador	325	146	179	0,08%	29	11	18	0,09%
Eritreia	35	24	11	0,01%	5	5		0,02%
Eslováquia	174	40	134	0,04%	54	16	38	0,16%
Eslovénia	71	31	40	0,02%	18	9	9	0,05%
Espanha	9.541	4.927	4.614	2,38%	1.474	742	732	4,43%
Estados Unidos da América	2.784	1.421	1.363	0,69%	314	162	152	0,94%
Estónia	109	27	82	0,03%	23	6	17	0,07%
Etiópia	51	23	28	0,01%	13	9	4	0,04%
Fidji (Ilhas)	7	5	2	0,00%	1	1		0,00%
Filipinas	638	162	476	0,16%	52	13	39	0,16%
Finlândia	397	170	227	0,10%	62	33	29	0,19%
França	5.268	2.669	2.599	1,31%	703	378	325	2,11%
Gabão	13	9	4	0,00%				
Gâmbia	157	122	35	0,04%	22	18	4	0,07%
Gana	145	81	64	0,04%	17	13	4	0,05%
Geórgia	902	559	343	0,22%	53	25	28	0,16%
Granada	4	2	2	0,00%	2	2		0,01%
Grécia	170	91	79	0,04%	51	24	27	0,15%

População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género

NACIONALIDADE / TOTAL	Stock				Fluxos			
	TOTAL	Homens	Mulheres	%	TOTAL	Homens	Mulheres	%
	401.320	195.544	205.776		33.246	16.614	16.632	
Guatemala	45	20	25	0,01%	5	4	1	0,02%
Guiana	4	3	1	0,00%	1		1	0,00%
Guiné	1.621	1.202	419	0,40%	151	96	55	0,45%
Guiné Bissau	17.846	9.783	8.063	4,45%	1.235	644	591	3,71%
Guiné Equatorial	9	3	6	0,00%	3		3	0,01%
Haiti	4	1	3	0,00%	1		1	0,00%
Holanda	4.994	2.643	2.351	1,24%	475	257	218	1,43%
Honduras	23	7	16	0,01%	1	1		0,00%
Hong Kong	7	2	5	0,00%	2		2	0,01%
Hungria	424	137	287	0,11%	73	21	52	0,22%
Iémen	14	10	4	0,00%	2	2		0,01%
Índia	6.022	4.201	1.821	1,50%	970	674	296	2,92%
Indonésia	130	70	60	0,03%	15	7	8	0,05%
Irão	499	270	229	0,12%	74	39	35	0,22%
Iraque	93	49	44	0,02%	12	10	2	0,04%
Irlanda	805	446	359	0,20%	81	43	38	0,24%
Islândia	51	22	29	0,01%	7	5	2	0,02%
Israel	92	49	43	0,02%	17	9	8	0,05%
Itália	5.121	2.951	2.170	1,28%	814	398	416	2,45%
Jamaica	8	2	6	0,00%	1		1	0,00%
Japão	393	173	220	0,10%	59	28	31	0,18%
Jordânia	49	27	22	0,01%	15	6	9	0,05%
Kiribati	1	1		0,00%				
Kosovo	13	9	4	0,00%	2	2		0,01%
Kuwait	1		1	0,00%				
Laos	8	5	3	0,00%	1		1	0,00%
Lesoto	1		1	0,00%	1		1	0,00%
Letónia	335	89	246	0,08%	32	10	22	0,10%
Líbano	95	64	31	0,02%	36	27	9	0,11%
Libéria	15	13	2	0,00%	1	1		0,00%
Líbia	60	43	17	0,01%	11	7	4	0,03%
Liechtenstein	1		1	0,00%				
Lituânia	532	187	345	0,13%	42	4	38	0,13%
Luxemburgo	122	70	52	0,03%	15	8	7	0,05%
Macau	3	1	2	0,00%				
Macedónia	15	7	8	0,00%	1		1	0,00%
Madagáscar	6	2	4	0,00%	1		1	0,00%
Malásia	37	14	23	0,01%	7	3	4	0,02%

População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género

NACIONALIDADE / TOTAL	Stock				Fluxos			
	TOTAL	Homens	Mulheres	%	TOTAL	Homens	Mulheres	%
	401.320	195.544	205.776		33.246	16.614	16.632	
Malawi	11	4	7	0,00%	3	1	2	0,01%
Mali	57	49	8	0,01%	3	3		0,01%
Malta	18	7	11	0,00%	2	1	1	0,01%
Marrocos	1.808	964	844	0,45%	166	79	87	0,50%
Maurícias (Ilhas)	10	6	4	0,00%	3	2	1	0,01%
Mauritânia	26	21	5	0,01%	2	1	1	0,01%
México	385	167	218	0,10%	78	37	41	0,23%
Moçambique	2.849	1.238	1.611	0,71%	223	97	126	0,67%
Moldávia	9.971	4.803	5.168	2,48%	299	119	180	0,90%
Mongólia	23	10	13	0,01%	1	1		0,00%
Montenegro	5	4	1	0,00%	2	2		0,01%
Myanmar (Birmânia)	6	4	2	0,00%	1	1		0,00%
Namíbia	13	6	7	0,00%				
Nepal	2.588	1.736	852	0,64%	847	611	236	2,55%
Nicarágua	18	4	14	0,00%	3	1	2	0,01%
Níger	2	1	1	0,00%	1	1		0,00%
Nigéria	365	209	156	0,09%	49	30	19	0,15%
Noruega	455	240	215	0,11%	58	30	28	0,17%
Nova Zelândia	33	17	16	0,01%	6	6		0,02%
Oman	5	4	1	0,00%	1	1		0,00%
Palau	1		1	0,00%	1		1	0,00%
Palestina	35	21	14	0,01%	7	5	2	0,02%
Panamá	28	6	22	0,01%	2	1	1	0,01%
Paquistão	2.628	1.785	843	0,65%	403	281	122	1,21%
Paraguai	99	28	71	0,02%	21	8	13	0,06%
Peru	294	102	192	0,07%	31	8	23	0,09%
Polónia	1.238	378	860	0,31%	255	88	167	0,77%
Porto Rico	1		1	0,00%				
Quênia	58	18	40	0,01%	13	4	9	0,04%
Quirguistão	30	13	17	0,01%	1		1	0,00%
Reino Unido	16.471	8.581	7.890	4,10%	1.402	746	656	4,22%
Reino Unido (British Subject)	6	1	5	0,00%				
República Centro-Africana	10	4	6	0,00%	6	3	3	0,02%
República Checa	233	74	159	0,06%	71	25	46	0,21%
República Dominicana	133	35	98	0,03%	22	6	16	0,07%
Roménia	34.204	18.946	15.258	8,52%	2.665	1.541	1.124	8,02%
Ruanda	23	13	10	0,01%	2	2		0,01%
Rússia	4.432	1.631	2.801	1,10%	332	115	217	1,00%

População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género

NACIONALIDADE / TOTAL	Stock				Fluxos			
	TOTAL	Homens	Mulheres	%	TOTAL	Homens	Mulheres	%
	401.320	195.544	205.776		33.246	16.614	16.632	
Samoa	2	1	1	0,00%	1	1		0,00%
Santa Lúcia	1		1	0,00%				
São Cristóvão e Nevis	7	2	5	0,00%	7	2	5	0,02%
São Marino	1		1	0,00%				
São Tomé e Príncipe	10.304	4.664	5.640	2,57%	762	351	411	2,29%
São Vicente e Granadinas	2	2		0,00%				
Senegal	1.670	1.200	470	0,42%	135	71	64	0,41%
Serra Leoa	55	40	15	0,01%	7	4	3	0,02%
Sérvia	213	89	124	0,05%	37	18	19	0,11%
Seychelles	4	2	2	0,00%				
Singapura	29	8	21	0,01%	4	3	1	0,01%
Síria	73	40	33	0,02%	38	22	16	0,11%
Somália	63	38	25	0,02%	7	5	2	0,02%
Sri Lanka	47	35	12	0,01%	14	8	6	0,04%
Suazilândia	9	2	7	0,00%				
Sudão	34	29	5	0,01%	4	2	2	0,01%
Suécia	1.189	650	539	0,30%	323	186	137	0,97%
Suíça	1.055	554	501	0,26%	90	51	39	0,27%
Suriname	1		1	0,00%				
Tailândia	1.021	791	230	0,25%	137	101	36	0,41%
Taiwan	34	14	20	0,01%	12	4	8	0,04%
Tajiquistão	8	5	3	0,00%	3	2	1	0,01%
Tanzânia	43	21	22	0,01%	6	4	2	0,02%
Timor Leste	245	148	97	0,06%	53	28	25	0,16%
Togo	32	15	17	0,01%	3	1	2	0,01%
Trindade e Tobago	10	5	5	0,00%	2		2	0,01%
Tunísia	162	113	49	0,04%	29	18	11	0,09%
Turquemenistão	4	2	2	0,00%	1	1		0,00%
Turquia	431	222	209	0,11%	292	145	147	0,88%
Tuvalu	1	1		0,00%	1	1		0,00%
Ucrânia	41.091	20.746	20.345	10,24%	1.075	418	657	3,23%
Uganda	18	10	8	0,00%	7	5	2	0,02%
Uruguai	128	66	62	0,03%	15	6	9	0,05%
Uzbequistão	1.081	650	431	0,27%	60	29	31	0,18%
Venezuela	1.898	839	1.059	0,47%	96	43	53	0,29%
Vietname	65	38	27	0,02%	8	2	6	0,02%
Zâmbia	7	1	6	0,00%				
Zimbabwe	29	13	16	0,01%	3	3		0,01%

Ações de Fiscalização

Ações de Fiscalização	DR Norte	DR Centro	DRLVTA	DR Algarve	DR Madeira	DR Açores	TOTAL 2013	TOTAL 2012
TOTAL	1.538	3.205	2.483	2.682	54	462	10.424	10.307
Autónomas	1.158	2.658	2.171	2.021	51	390	8.449	7.669
Conjuntas	380	547	312	661	3	72	1.975	2.638

Afastamentos Executados

Ano	Condução à Fronteira	Judiciais	Administrativas	TOTAL
2000				414
2001				259
2002		94	459	553
2003	60	91	420	571
2004	99	162	253	514
2005	183	204	397	784
2006	319	204	396	919
2007	167	221	327	715
2008	120	213	452	785
2009	189	167	423	779
2010	169	133	418	720
2011	112	124	423	659
2012	73	160	392	625
2013	56	131	276	463

Passaporte Eletrónico Português

Passaporte Eletrónico Português	2012	2013
Passaportes concedidos	459.039	498.331
SEF	293.848	315.012
MNE- Postos Consulares	146.204	162.577
Regiões Autónomas	18.987	20.742
Análise SEF	293.848	315.012
Decisão de concessão automatizada (sujeita a auditoria de qualidade)	143.277	187.053
Decisão de concessão individualizada	150.571	127.959
Menores	41.068	43.090
Segundos passaportes	1.482	2.999
Outros (BI antigo, medidas cautelares)	108.021	81.870

Estrangeiros Identificados

		IDENTIFICADOS PAÍSES TERCEIROS	EM SITUAÇÃO ILEGAL	PERCENTAGEM DE ILEGAIS
TOTAL		38.152	1.682	4,4%
PRINCIPAIS NACIONALIDADES	Brasil	6.599	451	6,8%
	E.U.A.	4.823	2	0,0%
	China	3.286	173	5,3%
	Cabo Verde	2.221	155	7,0%
	Ucrânia	1.995	102	5,1%
	Canadá	1.887		

Evolução das Medidas Cautelares

Medidas Cautelares	2010	2011	2012	2013
Pedidos de Paradeiro	961	1.181	1.078	836
Mandados de Captura	253	230	223	211
Interdição de Entrada	72	78	52	46
Interdição de Saída	59	57	58	61
Não Admissível	54	76	101	44
Outras	100	97	55	72
TOTAL	1.499	1.719	1.567	1.270

Ficha Técnica

Título:

Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2013

Autoria:

SEF/GEPP

Coordenação:

António Carlos Patrício

Autores:

Pedro Dias

Rui Machado

Alexandra Ramos Bento

Junho de 2014

ISSN: 2183-2935

Depósito Legal: 336345/11

Tiragem: 250 exemplares

Editor:

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Av. do Casal de Cabanas,

Urbanização Cabanas Golf, nº 1

2734-506 Barcarena, Oeiras

Telefone: 214 236 200 / 965 903 600

Fax: 214 236 640

E-Mail: sef@sef.pt

Sítio Internet: <http://www.sef.pt>

Portal de Estatística: <http://sefstat.sef.pt>

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação agradece o apoio e colaboração prestada pela Direcção Nacional do SEF e por todas as unidades orgânicas do Serviço, sem os quais a elaboração deste relatório não teria sido possível.

WWW.SEF.PT

AVENIDA DO CASAL DE CABANAS,
URBANIZAÇÃO CABANAS GOLF, n.º1
2745-506 BARCARENA

TELEFONE: +351 214 236 200

FAX: +351 214 236 640

